

CÉSAR GOMES DE FREITAS

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E SENTIMENTO DE
PERTENÇA NA COMUNIDADE DE CRUZEIRO DO SUL –
ACRE**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CENTRO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE – MS
2008**

CÉSAR GOMES DE FREITAS

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E SENTIMENTO DE
PERTENÇA NA COMUNIDADE DE CRUZEIRO DO SUL –
ACRE**

Dissertação apresentada à Banca de Exame Geral de Defesa do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local - *Mestrado Acadêmico*, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, sob orientação do Prof. Dr. Josemar de Campos Maciel.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CENTRO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE – MS
2008**

FICHA CATALOGRÁFICA

FREITAS, César Gomes de

Desenvolvimento local e sentimento de pertença na comunidade de Cruzeiro do Sul – Acre/ César Gomes de Freitas. – Campo Grande, MS: [s.n.], 2008.

104f.

Dissertação (mestrado) – UCDB – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande – MS, 2008

Orientador: Josemar de Campos Maciel

1. Desenvolvimento Local 2. Sentimento de Pertença 3. Cruzeiro do Sul, Acre

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Desenvolvimento Local e Sentimento de Pertença na comunidade de Cruzeiro do Sul – Acre.

Área de concentração: Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento Local em Territorialidades de Micros e Pequenos Empreendimentos.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico - Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Dissertação aprovada em: 08 de Dezembro de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Orientador - Prof. Dr. Josemar de Campos Maciel
Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

Co-orientador - Prof. Dr. Vicente Fideles de Ávila
Universidade Católica Dom Bosco – UCDB

Profª. Dra. Cleonice Alexandre Le Bourlegat
Universidade Católica Dom Bosco – UCDB

Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG

À minha querida família e ao bom Deus, pai generoso, por uma vida repleta de bênçãos e alegrias!

Meus sinceros agradecimentos ao meu dedicado orientador, Prof. Dr. Josemar de Campos Maciel, por seu profissionalismo, empenho e inestimável colaboração para a realização deste trabalho;

Ao co-orientador, Prof. Dr. Vicente Fideles de Ávila, pelas valiosas sugestões, pela grande inspiração e por seu encorajador exemplo;

Aos inesquecíveis professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, pelas inúmeras lições transmitidas;

Ao Prof. José Gonzaga da Silva Neto, por tornar o sonho do mestrado possível;

Aos colegas da turma 2007 do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, pela amizade e companheirismo.

“Não é o crítico que importa; não importa o homem que aponta quando o forte tropeça, ou mostra de que maneira aquele que faz as coisas poderia ter feito melhor. O crédito é do homem que está na arena, com o rosto marcado de poeira, suor e sangue; o que luta com valentia; o que erra e falha vezes seguidas; pois não há esforço sem erros e falhas; mas é ele quem realmente luta para fazer as coisas; é ele quem conhece os grandes entusiasmos, e a total dedicação; é ele quem dá tudo de si para uma causa digna; é ele quem, na melhor das hipóteses, acaba conhecendo os triunfos de uma grande realização; e na pior delas, quando fracassa, ao menos fracassa por tentar com grandeza e ousadia, de tal maneira que seu lugar nunca será junto às almas frias e tímidas que não conhecem nem a vitória e nem a derrota”.

Theodore Roosevelt.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir a questão do desenvolvimento local e o sentimento de pertença tendo como foco de estudo a comunidade acadêmica e antigos moradores da cidade de Cruzeiro do Sul, Acre. É apresentada uma discussão conceitual acerca das dimensões do desenvolvimento, sobre o sentimento de pertença, e a relação entre eles, mostrando que apenas um modelo de desenvolvimento endógeno leva suficientemente em conta o fator cultural no processo e pode aproveitar o sentimento de pertença, quando existente na comunidade. É apresentado e discutido o caso em questão, a comunidade de Cruzeiro do Sul, no Acre, por meio do método indutivo qualitativo, utilizando como procedimento a resposta a um questionário semi-aberto, seguido de entrevistas de validação, tendo ainda o apoio de pesquisa bibliográfica. Os resultados obtidos demonstram forte sentimento de pertença na comunidade, podendo ser potencializador e facilitador do sucesso de projetos que tenha como objetivo levar a comunidade de Cruzeiro do Sul a alcançar resultados de desenvolvimento significativos.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Desenvolvimento Local, Sentimento de Pertença.

ABSTRACT

The main aim of the following text is to discuss issue of the relationship between local development and the feeling of belonging, taking as its case of study the academic community and old inhabitants of the city of Cruzeiro do Sul, Acre, Brazil. One presents a conceptual discussion about the dimensions of development, then about the feeling of belonging. One then traces a relationship between them, trying to assert that only an endogenously conceived development model is able to efficiently take into account the cultural side of the whole process and then is able to take good profit of the feeling of belonging, when it exists in the community. One presents and discusses the case dealing with the data from the community of Cruzeiro do Sul, in the province of Acre, Brazil, through an inductive - qualitative method, gathering data through an open questionnaire, interviews, and bibliographic research. Results pointed to the existence of a strong feeling of belonging within the community. This feeling can be a tool for projects that look forward to help the community of Cruzeiro do Sul to attain meaningful development results.

Keywords: Development. Local Development. Feeling of Belonging.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Respostas a questão “Você acha que o fato de as pessoas daqui me passarem ‘a idéia de um orgulho danado de pertencer a esta cidade, a este município’ tem fundamento?”	66
Tabela 02: Respostas a questão se eles próprios sentem orgulho de pertencer à cidade de Cruzeiro do Sul.....	67
Tabela 03: Respostas se já ‘viajaram/conhecem’ outras cidade do Brasil.....	68
Tabela 04: Respostas a questão se, havendo a possibilidade, trocariam Cruzeiro do Sul por outra cidade.....	68
Tabela 05: Alunos que não nasceram em Cruzeiro do Sul.....	69
Tabela 06: Respostas a questão “Você acha que o fato de as pessoas daqui me passarem ‘a idéia de um orgulho danado de pertencer a esta cidade, a este município’ tem fundamento?”	73
Tabela 07: Respostas a questão se eles próprios sentem orgulho de pertencer à cidade de Cruzeiro do Sul.....	74
Tabela 08: Respostas se já ‘viajaram/conhecem’ outras cidade do Brasil.....	74
Tabela 09: Respostas a questão se, havendo possibilidade, trocariam a cidade de Cruzeiro do Sul por outra?.....	74

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 – DESENVOLVIMENTO LOCAL E SENTIMENTO DE PERTENÇA.....	17
1.1 DAS ABORDAGENS TRADICIONAIS DO DESENVOLVIMENTO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	17
1.1.1 Abordagens conceituais do desenvolvimento.....	17
1.1.2 Integrando novos elementos ao conceito ortodoxo de desenvolvimento.....	23
1.1.3 Desenvolvimento Local.....	26
1.1.4 Desenvolvimento Local e Amazônia.....	33
1.2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIZAÇÃO.....	35
1.2.1 Território.....	35
1.2.2 Territorialização.....	40
1.3 SENTIMENTO DE PERTENÇA.....	42
1.3.1 Análise Conceitual.....	42
CAPÍTULO 2 – COMUNIDADE PESQUISADA: CRUZEIRO DO SUL/AC.....	48
2.1 A BORRACHA NA CONSOLIDAÇÃO DA AMAZÔNIA.....	48
2.2 A FORMAÇÃO DE UM TERRITÓRIO NACIONAL: BREVE HISTÓRICO DO ACRE.....	52
2.3 NA PONTA DO BRASIL: BREVE HISTÓRICO DE CRUZEIRO DO SUL.....	56
2.3.1 A sociedade cruzeirense.....	59
CAPÍTULO 3 – CRUZEIRENSES E A PERTENÇA: RESPOSTAS DE ACADÊMICOS E ANTICOS MORADORES.....	63
3.1 NOTA INTRODUTÓRIA AOS CAPÍTULOS 3 E 4.....	63
3.2 APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS SEMI-ABERTOS.....	64
3.3 INFORMAÇÕES DA PESQUISA ENTRE OS UNIVERSITÁRIOS CONSULTADOS.....	66
3.3.1 Apresentação das informações.....	66
3.3.2 Comentários.....	70
3.4 INFORMAÇÕES DA PESQUISA ENTRE OS ANTIGOS HABITANTES DA CIDADE CONSULTADOS.....	72
3.4.1 Apresentação das informações.....	72
3.4.2 Comentários.....	75
3.5 ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE AS INFORMAÇÕES DOS ACADÊMICO E ANTIGOS MORADORES, COM ÊNFASE AS MAIS SIGNIFICATIVAS DESCOBERTAS E INFERENCIAS DO CAPÍTULO.....	76
CAPÍTULO 4 – PRONUNCIAMENTO DE CRUZEIRENSES SOBRE O ORGULHO DE PERTENCER À CIDADE.....	80
4.1 RESULTADOS DAS DISCUSSÕES E ENTREVISTAS ABERTAS COM OS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	81
4.1.1 Grandes perspectivas: a pertença olhando “para trás” ou “para frente”....	81
4.2 OUTROS PONTOS IMPORTANTES DAS FALAS.....	82
4.2.1 Aspectos positivos mencionados com maior frequência.....	83
4.2.2 Consciência de problemas e desafios.....	84
4.3 EXPRESSÕES: SINTETIZANDO A PERTENÇA.....	85

4.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS SOBRE ORGULHO DE PERTEÇA FACE AOS REFERENCIAIS TEÓRICOS.....	87
CONCLUSÃO.....	92
REFERÊNCIAS.....	95
ANEXOS.....	99

INTRODUÇÃO

Como morador da cidade de Cruzeiro do Sul há quatro anos, dois aspectos nos chamaram à atenção. Primeiro, a premente necessidade de um projeto de desenvolvimento que contemplasse aspectos econômicos, sociais e culturais específicos daquela comunidade. Além disto, causou surpresa, a despeito de toda a distância e dificuldades de comunicação e acesso ao resto do país, e mesmo de abastecimento e custo de vida, que a população local passasse a idéia de um forte sentimento de orgulho de pertencer àquela cidade.

A partir da observação desse fato singular, que ressaltamos e esclarecemos ulteriormente no presente texto, ficou claro que o foco do trabalho deveria ter por objetivo analisar as manifestações de sentimento de pertença da localidade de Cruzeiro do Sul - Acre – tentando promover um diálogo entre o seu prisma histórico e às perspectivas mais humanizadoras do Desenvolvimento Local, visando verificar se o sentimento de pertença realmente existe na comunidade, tendo como amostra os estudantes universitários e os antigos moradores, e qual a sua possível influência no sucesso de iniciativas e projetos relacionados ao Desenvolvimento Local.

Na verdade a grande questão que marca as iniciativas de desenvolvimento é a sua confusão com a idéia de crescimento de indicadores econômicos. Crescimento de indicadores nem pode ser chamado de crescimento, propriamente; menos ainda, de desenvolvimento ou progresso. De fato, a questão que faz muita diferença ao longo da história dos projetos é o fato de eles aparecerem impostos às populações locais, como projetos de salvação. Os projetos precisam partir do que as comunidades têm por relevante para as suas próprias existências. Isso porque são elas que se envolvem e administram grandes partes dos projetos ou, em outros casos, são elas que ficam com as terras devastadas, depois que terminam as jazidas e os projetos de progresso. Neste caso, está-se em busca da representação do desenvolvimento implicada nas manifestações de pertença que vieram em busca do pesquisador, sem que fossem procuradas, e que podem inserir, nas discussões sobre o Desenvolvimento Local, exatamente alguns qualificativos ao adjetivo “local”. Local é local

para alguém. E o sentimento de pertença pode ajudar a enraizar projetos, experiências e perspectivas.

A história da Amazônia é marcada por projetos exógenos que buscavam o desenvolvimento da região e que, na verdade, só causaram destruição e decepção. É mais do que hora de adotar-se, em relação aos projetos para o desenvolvimento, uma opção de estratégia endógena, que aproveite as potencialidades da exuberante biodiversidade da floresta Amazônica, assim como o amor que sua população sente por seu lugar.

Desta forma, o Desenvolvimento Local é uma alternativa, um atalho, para se alcançar um patamar de desenvolvimento que contemple não só os aspectos econômicos, com também os humanos, sociais, culturais e ambientais. Buscando dentro de sua realidade, soluções para seus problemas e dificuldades, entre os quais, destacamos a redução da forte desigualdade social que marca sua sociedade.

Além disto, a história e a realidade amazônica despertam uma crescente conscientização de que a promoção do desenvolvimento não é tarefa apenas dos governos de plantão, mas uma missão coletiva da comunidade, onde é necessária a união e participação de todos os seus membros para seu efetivo alcance e desabrochamento.

O trabalho que segue tem por objetivo identificar, em uma amostra da população de Cruzeiro do Sul, Acre, alguns delineamentos da manifestação do sentimento de pertença, observando-se as especificidades desse fenômeno no contexto territorial e na percepção desses moradores e suas potencialidades para o desenvolvimento local.

Na teoria que aborda o Desenvolvimento Local há uma consistência crescente de literatura relacionando conhecimento com o desenvolvimento das populações, o que aponta para o fato que a pesquisa ainda precisa focalizar a sua atenção no papel que a escolarização formal, tradicional desempenha no sentido de formar as classes reprodutoras da ordem vigente na sociedade civil. Mesmo as relações familiares mais simples são reproduzidas, de fato, mediante o reforço das relações de poder e de gênero, por exemplo, que ocorrem no interior das relações escolares. Isso supõe que a relação entre educação e Desenvolvimento Local é muito estreita, uma vez que aponta para o fato de uma das matrizes geradoras de importantes padrões de comportamento social ainda serem as instituições de educação. Nesse

sentido, uma suposição que guiou toda a proposta foi a de que é necessário, na área da pesquisa em Desenvolvimento Local, uma interlocução não apenas com as ciências socioambientais, mas também com a educação.

Até o momento, apesar da demanda e da importância da questão, não se encontram projetos de pesquisa abordando o Desenvolvimento Local focado nas comunidades isoladas da Amazônia. Por isso, aparentemente, este trabalho tenta abrir fronteiras. Sobretudo, o pesquisador tem o interesse pessoal na presente pesquisa em razão de ser, há quatro anos, morador da comunidade pesquisada, a cidade de Cruzeiro do Sul, e de ali trabalhar como docente no ensino superior.

A relevância da pesquisa, pode ser expressa, em síntese, com os pontos que vão abaixo:

a) necessidade de buscar alternativas aos projetos de desenvolvimento colocados em prática nas regiões isoladas da Amazônia, distinguindo e entendendo a dinâmica de projetos que até o presente momento foram caracterizados por perspectivas extrativistas, sem a abordagem da sustentabilidade, nem muito menos ainda, de perspectivas humanas para o desenvolvimento (citando apenas três, para deixar claro o assunto: enraizamento ou pertença; identidade e sentido de futuro);

b) carência de projetos de pesquisa focados naquela região e, conseqüente, ineditismo da pesquisa. É bom notar que Projetos de Desenvolvimento, assim denominados, não faltam. Mas se trata de projetos que trouxeram a monocultura ao Nordeste, a escravidão, a planificação urbana centralizada e inconsistente, a divisão desigual na ocupação do território, a desconsideração da questão étnica na ocupação da Amazônia mediante a construção pura e simples de estradas, e assim por diante. Quando se prospecta o desenvolvimento, em geral, o que se deseja está fora do alcance das populações que deveriam ser sujeitos do mesmo projeto. Entre um e outra, inserem-se as possíveis pesquisas de Desenvolvimento Local;

c) Interesse pessoal do pesquisador, que já habita a comunidade há quatro anos. Partindo-se da premissa de que educação e desenvolvimento estão intrinsecamente relacionados e que o papel do educador é mais que apenas observar e estudar os projetos de desenvolvimento, mas sim ter uma postura ativa, crítica e construtiva, é desejo do pesquisador

tentar, por meio deste trabalho, fazer a diferença e retribuir o carinho e a hospitalidade com a qual foi recebido pelos moradores da cidade.

O objeto de estudo, portanto, é a comunidade de Cruzeiro do Sul, situada às margens do Rio Juruá no Estado do Acre, no extremo ocidental do Brasil, caracterizada por grande diversidade de riquezas naturais e o isolamento, que serão melhor detalhados adiante. Cruzeiro do Sul é a segunda maior cidade do Estado, tanto em área urbana, quanto no aspecto econômico. É nesse município, por sua importância estratégica em todos os pontos de vista, que está centrada a presente pesquisa.

Quando se analisam as regiões isoladas da Amazônia, temos a impressão que em nenhuma outra região do país os conceitos que vêm sendo discutidos na Teoria do Desenvolvimento Local serão mais úteis e relevantes, não apenas para o progresso das organizações como, principalmente, para a inclusão da população mais carente. Pode, inclusive, por suas características democratizantes e democratizadoras, ser um instrumento para redução da brutal desigualdade social em sua sociedade. Noutras palavras, a Teoria do Desenvolvimento Local, como análise sistêmica dos fatos, estruturas e perspectivas mais amplas do desenvolvimento, é capaz de trazer à baila a idéia de que nem todo processo colonizador será, necessariamente, um projeto de desenvolvimento.

Um ponto fundamental que faz com que as Teorias do Desenvolvimento Local se tornem relevantes para a região Amazônica é, como veremos, a preocupação que as atravessa em relação ao aproveitamento e preservação (racionais, manejados segundo critérios comunitários) sustentados, das potencialidades naturais. Diante da situação atual de degradação do meio ambiente, torna-se necessária a busca de alternativas para a conservação de áreas naturais remanescentes.

O presente trabalho apresenta a seguinte estrutura: no primeiro capítulo, “Desenvolvimento Local e Sentimento de Pertença”, será realizada uma revisão bibliográfica sobre as abordagens conceituais do desenvolvimento, os novos elementos que foram aos poucos sendo integrados a estas abordagens conceituais e o conceito de Desenvolvimento Local. Serão ainda apresentados os conceitos de Território e Territorialidade e de Sentimento de Pertença.

No capítulo seguinte, é apresentada a comunidade-localidade de Cruzeiro do Sul, foco da pesquisa, por meio de uma abordagem histórica partindo da importância do Ciclo da Borracha para a formação do Estado do Acre e, conseqüentemente, para a própria cidade de Cruzeiro do Sul e sua sociedade.

No terceiro capítulo apresentamos os resultados e discussões sobre os resultados da pesquisa de campo, entre os acadêmicos num primeiro momento e dos antigos moradores posteriormente. Ao final do capítulo, buscamos analisar as relações entre as informações dos acadêmicos e dos antigos moradores, com ênfase as mais significativas descoberta e inferências.

No quarto capítulo, são apresentados os pronunciamentos dos cruzeirenses em relação ao orgulho de pertencer à cidade, quando os próprios participantes discutem os resultados da pesquisa apresentados no capítulo anterior. Também se realizam as discussões sobre o orgulho de pertença face aos referenciais teóricos dos capítulos anteriores, cruzando os mesmos com os resultados encontrados na pesquisa de campo. Uma característica importante desse capítulo é a triangulação da discussão teórica com pessoas que participaram da pesquisa. Assim far-se-á, além de um trabalho de interpretação de dados, o que acrescenta consistência a eles, também um esforço de retorno concreto dos resultados do trabalho para a comunidade em estudo.

A história recente vai pontuar as várias questões que vão aparecer, sobretudo, na leitura/análise dos dados. Como nos capítulos a respeito da pertença em relação aos jovens e aos antigos moradores, vai pontuar de que oportunidades os jovens falam, e, também, a que problemas os velhos se referem.

Não se tem, com o texto que segue, a pretensão de esgotar o assunto, mas apenas contribuir para uma questão específica, nas discussões sobre desenvolvimento: a idéia de que é possível e imperioso discutir com o local o que ele mesmo entende por desenvolvimento.

CAPÍTULO 1

DESENVOLVIMENTO LOCAL E SENTIMENTO DE PERTENÇA

Neste capítulo são apresentados os referenciais teóricos que norteiam nossa pesquisa referentes aos conceitos de desenvolvimento, os novos elementos que a este foram sendo integrados até chegarmos ao conceito de Desenvolvimento Local. Ainda serão apresentados os conceitos de Território e Territorialidade e de Sentimento de Pertença, fatores fundamentais para que se alcance um desenvolvimento que agregue o fator humano, social, ambiental e cultural aos aspectos econômicos.

1.1 DAS ABORDAGENS TRADICIONAIS DO DESENVOLVIMENTO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL

1.1.1 Abordagens Conceituais de Desenvolvimento

Existem muitos conceitos de desenvolvimento em curso, inspirando programas e fomentando debates. Busca-se aqui discutir alguns deles, sem pretensão de completude, mas tentando conjugar essa temática à do Desenvolvimento Local e tentando demonstrar sua importância na luta por mudanças nas realidades econômica, social e cultural de nosso país.

Bresser-Pereira (2003) tenta situar o Desenvolvimento em um contexto mais amplo do que o simples crescimento econômico. Ele enfatiza que o Desenvolvimento é uma experiência global, não podendo ser dicotomizado ou reduzido a uma das suas dimensões. Ele afirma que se trata de um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações. Portanto, não tem sentido falar em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social.

Tal visão é importante uma vez que, durante longo período, muitos confundiram crescimento econômico com desenvolvimento. No entanto, o crescimento econômico é um aspecto do desenvolvimento que se manifesta em uma cidade, Estado ou País, porém, somente essa dimensão não é suficiente. Os fatores sociais, culturais e políticos são igualmente imprescindíveis. Elizalde (2000), a título de exemplo, cita a mesma problemática e aponta para um dimensionamento diverso das questões econômicas, no sentido de sua inclusão no seio de um arco amplo de elementos socioculturais que tingem de símbolos de bem-estar a vida humana, o que ele denomina como “satisfatores”. Mas, sobretudo, interessa ao contexto da presente reflexão a sua aliança outras vezes que refutam a universalização do programa de acumulação como sendo sinônimo de desenvolvimento.

Por essa confusão entre crescimento econômico e desenvolvimento é que, por muito tempo, prevaleceu o consenso de que para o desenvolvimento acontecer era necessário apenas e tão somente investimento em forma de recursos financeiros. Segundo a lógica deste raciocínio, se houvesse abundância de aplicação de recursos financeiros em um Estado, região ou cidade o desenvolvimento ocorreria naturalmente. Todavia, a experiência, especialmente a brasileira, contraria essa visão. Ao longo de nossa história, o desenvolvimento impulsionado apenas por injeções de capital e paternalismo estatal tem sido travancado por corrupção, falta de treinamento e outros inúmeros fatores, todos esbarrando em um elemento: a imposição de projetos de cima para baixo. A concepção atual é a de que apenas fatores exógenos, como os recursos financeiros ou tecnológicos, mesmo acompanhados de treinamento e de montagem de campos de produção e de agregação de valor, são insuficientes, frente à importância dos fatores endógenos.

Sobre essa mudança de concepção, ensina Maluf (2000, p. 54):

A necessidade de repensar o desenvolvimento justifica-se, no mínimo, como contraposição à convencional prescrição de ‘mais desenvolvimento econômico’ acompanhando de instrumentos compensatórios das evidentes mazelas sociais e ambientais geradas pelos padrões de crescimento que vigoram até os dias atuais.

Desta forma, aspectos ou dimensões sociais e culturais ganham relevância pela necessidade atual de enraizar e de metabolizar o desenvolvimento no território e, sobretudo, na população deste, a fim de proporcionar a sensibilização, ampliar sua consciência, e

incentivar sua participação no processo de gestação de um desenvolvimento integral (ÁVILA, 2006).

A população e seu comportamento demandam cada vez mais atenção, especialmente nos municípios menores do interior. Segundo Brose (2000) essa população está cada vez mais esclarecida quanto aos seus direitos e quer que os produtos e serviços sejam adequados às suas necessidades, enfim exigem mais qualidade de vida. O espaço para “pacotes prontos”, importados ou copiados de outras regiões, é cada vez menor. Inclusive em relação aos projetos de desenvolvimento.

As políticas de câmbio e juros e, ao mesmo tempo, a atual política fiscal de redução vigorosa do déficit público, são, no atual cenário econômico nacional, entraves à retomada sustentada do desenvolvimento. Assim, o desenvolvimento passou a depender, segundo Sicsú (2005, p. 143):

De uma grande e informal aliança entre os empresários do setor real, técnicos públicos e privados, e trabalhadores – ou seja, dos detentores do capital e da capacidade empresarial, do conhecimento técnico e organizacional, e da força de trabalho: os três elementos essenciais do desenvolvimento.

O Estado Brasileiro, em alguns momentos de sua história, como durante a década de setenta e início dos anos oitenta, elaborou e implantou um conjunto de políticas públicas de desenvolvimento regional sob forma de investimento direto do Estado com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento. A partir de 1989, ocorreu o afastamento, por parte do Estado da agenda do desenvolvimento e houve redução em seus investimentos diretos na esfera produtiva, passou a vigorar a estrita lógica privada da localização, determinada não apenas pelos maiores retornos econômicos, mas também pelo reforço dos subsídios diretos e indiretos proporcionados pela guerra fiscal (POCHMANN, 2004).

A intervenção direta do Estado com o objetivo de gerar desenvolvimento não obteve êxito em sua missão. Na sua maioria tratavam-se de projetos criados em gabinetes, longe da realidade e desconectados das reais necessidades de sua população. Acreditava-se que o mero investimento financeiro pudesse impulsionar o desenvolvimento. Porém, desenvolvimento não é obtido apenas com o investimento financeiro, conforme enfatiza Brose (2000, p. 19):

Se fosse possível promover o desenvolvimento e reduzir a pobreza com medidas de caráter técnico, sem passar pelo tortuoso e demorado trabalho de fortalecer a cidadania e influenciar o cotidiano político a favor da democracia e a verdadeira igualdade de direitos, isso certamente já teria sido feito.

Desta forma, a história e a atual realidade brasileira nos mostram que o desafio de promover o desenvolvimento é dever prioritário de múltiplos agentes e instituições e não se restringe mais apenas à atividade estatal. É missão coletiva, da sociedade, da iniciativa privada e das administrações locais e regionais (MARQUES et alii, 2001)

Quando analisamos o desenvolvimento na região Amazônica, Freitas (2004, p. 12) ensina que: “A ausência de um projeto brasileiro, nacional, popular e democrático, que incorpore as suas potencialidades nacionais e culturais a um processo de desenvolvimento independente e soberano, contribui para mantê-la refém de forças políticas e econômicas clientelistas e em pleno processo de degradação”.

Ainda sobre o desenvolvimento na Amazônia, vale refletir um pouco mais sobre os ensinamentos de Freitas (2004, p. 147):

Em geral, os grandes projeto de desenvolvimento instalados na Amazônia têm provocado efeitos devastadores nas populações localizadas nas áreas de implantação e de influência dos mesmos. Enquadram-se nessa perspectiva, os projetos de construção de rodovias e ferrovias, os pólos de exploração mineral e os garimpos, a instalação de grandes hidroelétricas e madeireiras, os grandes projetos de monitoramento físico e eletrônico e diversos projetos de assentamento executados na região sem um planejamento adequado. Uma característica singular desses projetos é a sua total disjunção com os programas de pesquisa básica e tecnológica instalados em instituições públicas brasileiras. A possibilidade de articulação e de envolvimento pleno das universidades, dos institutos de pesquisa, das escolas técnicas, das faculdades isoladas, dos centros de tecnologia e das escolas de engenharia com as grandes questões técnicas brasileiras, contraditórias e constantemente, tem sido negada pelos governos municipais, estaduais e federal, e também pelas grandes empresas e conglomerados privados brasileiros que continuam não assumindo compromissos com a inovação tecnológica.

Em um momento no qual a Amazônia recebe muitas atenções por parte de todo o mundo, em razão de várias preocupações (questões climáticas, biodiversidade, tensão entre explorar, plantar ou industrializar a riqueza existente na mata nativa, além, obviamente, do imenso gargalo que tem apenas crescido quanto às questões etnoterritoriais) e crescem as

pressões para uma possível ‘internacionalização’ daquela área, não mais se pode adotar a postura do passado, onde os grandes projetos que visavam levar o desenvolvimento aquela região, como foi exemplo a construção da Rodovia Transamazônica, provocou destruição de grandes parte de sua vegetação natural, causando perda significativa e irrecuperável de sua biodiversidade. Assim, principalmente quando se foca a Amazônia e seus projetos de desenvolvimento, destacamos a conclusão de Odalia-Rímoli et alii (2000, p. 22):

A valorização da diversidade é de grande importância não só para a preservação dos ecossistemas e, consequentemente, das espécies presentes, mas também, como fonte natural de produtos para exploração sustentada e consumo humano.

A existência de grande acervo de riquezas naturais pode representar grande potencial, porém, por si só não determina o desenvolvimento de uma região, como é o caso da Amazônia. Para conseguir lançar mão das riquezas de matérias-primas industriais presentes em abundância no solo e subsolo amazônico, é necessário tanto um investimento em infraestrutura de exploração e agregação de valor, no sentido de dimensionar todo um novo estilo de trabalho na região, como ainda o reconhecimento e a valorização maciça de elementos intangíveis constitutivos de capital. A proposta de se levar em consideração o estágio de consciência social, é imprescindível e necessário (LE BOURLEGAT, 2000).

A falta de consciência social talvez seja um dos fatores mais importantes para gerar as mudanças necessárias para soltar as amarras do desenvolvimento em determinada comunidade, seja ela amazônica, nordestina ou paulista. Porém, muitas vezes mesmo dentro da comunidade há aqueles que lucram com a ausência do desenvolvimento, criando, muitas vezes, resistência a este. Deste modo é importante lembrarmos, principalmente quando o foco é a região amazônica, da lição de Costa Pinto (1978, p. 103):

Nenhuma situação estrutural em si é obstáculo ao desenvolvimento como tal. O que em regra acontece é que a determinadas situações estruturais estão sempre ligados certos grupos ou camadas sociais cujos interesses ou valores resistem aos fatores de sua transformação, resistência que se pode integrar em diferentes níveis, desde o plano das atitudes encobertas até o plano da definição ideológica e da oposição aberta.

O desenvolvimento não é um acontecimento, um fato ou um instante e sim um processo. Neste processo surgem problemas que só mais desenvolvimento poderá resolver.

As dificuldades, resistências e obstáculos ao desenvolvimento surgem durante esse processo, insurgindo da própria estrutura social que se transforma, seja pela inércia das situações estabelecidas, ou pela ‘dinâmica regressiva’ dessas mesmas situações que procuram reforçar seus controles sobre os fatores de impulsão, tentando eliminá-los ou pelo menos reduzindo seus efeitos (PINTO, 1978).

Ainda sobre o desenvolvimento como processo, vale recordar a lição de Costa Pinto (1978, p. 105):

Encarar o desenvolvimento como operação técnica ou inovação tecnológica, como momento e não como processo, resulta em pretender aceitá-lo sem aceitar suas implicações, o que, no *continuum* da vida, é uma *contracitio in abstracto*, um absurdo.

O que significa, em poucas palavras, que o desenvolvimento não enraizado, não territorializado, ou seja, o projeto que recebe eventuais injeções de recursos, mas que não apanha na significatividade do horizonte da vida local o combustível mais forte, simplesmente não é um projeto de desenvolvimento, mas de auto-destruição, pois corresponde um choque violento de padrões de vida. O antigo, que não financiado, fica latente, mas voltará, quando acabarem as verbas ou quando sumirem assessores e treinamentos técnicos; e o novo, que ficará eventualmente órfão, transformando-se em ilha saudosista, deserto de materiais obsoletos ou mesmo grandes valas exploradas. Na terra de fato, ou na alma da cultura. A compreensão deste ponto é fundamental, uma vez que, principalmente quando se mencionam políticas públicas, sempre se esperam resultados automáticos e imediatos. Essa atitude é incompatível quando se compreende o desenvolvimento como um processo contínuo como visto acima.

Assim, novos elementos, aspectos e dimensões foram aos poucos se associando e alterando a antiga visão de que desenvolvimento seria possível apenas com o crescimento econômico. Até porque crescimento econômico cria riqueza, mas nunca, por si só, promove a sua distribuição, muitas vezes apenas contribui para o aumento da desigualdade social. Daí a importância da integração de novos elementos ao conceito ortodoxo de desenvolvimento, como veremos a seguir.

1.1.2 Integrando novos elementos ao conceito ortodoxo de desenvolvimento

A partir da idéia que o desenvolvimento é abstraído da promoção de valores e vivências culturais humanas, novas concepções e tendências têm tentado dotar os projetos de desenvolvimento de um caráter mais humano. O homem é assim, ao mesmo tempo, considerado como sujeito e beneficiário do desenvolvimento e, desta forma, vêm a ser inserido no processo como principal protagonista (MARTINS, 2002).

Sobre a relevância do protagonismo da população local, deve-se recordar, além da importância da educação, o papel imprescindível de mecanismos de sensibilização e conscientização da população, para que todos possam despertar sobre seu papel no processo que leva ao próprio desenvolvimento (CASSAROTTO FILHO e PIRES, 2001).

Na verdade, a educação não é importante apenas para os processos que visem promover o desenvolvimento, mas para todas as esferas da vida humana em sociedade. É ela que possibilita o despertar da efetiva cidadania em cada um de seus membros, conforme aponta Freire (2001, p. 34): “A prática educativa é uma dimensão necessária da prática social, como a prática produtiva, a cultural, a religiosa, etc”. Somente ela pode elevar a população da função de espectadora para o de protagonista da vida cotidiana.

Ainda sobre o papel da população no processo de desenvolvimento, ressaltam Cassarotto e Pires (2001, p. 107):

Em casos de grandes potencialidades naturais ou na quase total restrição das mesmas, a potencialidade básica de qualquer local, região ou país está assentada em sua população, ou mais amplamente, em seu ambiente: a interação dessa gente, por meio de sua cultura, com o território e suas relações externas. Essa é a alavanca principal do processo de desenvolvimento e que requer grandes esforços de fomento e promoção.

Não existem formas ou modelos absolutos de desenvolvimentos. O que existem são incontáveis possibilidades e combinações que irão mudar de país para país, de região para região e de comunidade para comunidade, de acordo com as especificidades de cada uma destas.

Na concepção de Fischer (2002) o desenvolvimento deve abranger o processo que envolve a história da comunidade, é obtido por meio de avanços e retrocessos, batalhas e acordos entre seus protagonistas - sempre visando melhorar a qualidade de vida do local. Isto põe em questão, naturalmente, a necessidade de se discutir a cultura e a sociedade, ao menos enquanto problema, na agenda do desenvolvimento, pois a noção de 'qualidade' não pode ser imposta, e força agência e agentes de Desenvolvimento a dialogar com símbolos, costumes e representações das diferentes populações em questão.

Referendando a importância de entender o desenvolvimento não apenas pelo aspecto econômico, afirma Ávila (2001, p. 24):

Então, o que nos parece lógico é que as duas frentes de desenvolvimento – a social e a econômica – andem interativamente juntas, a social potencializando as pessoas para se tornarem sujeitos e agentes inclusive da econômica e a econômica ensejando sustentação material e apoio instrumental ao alavancamento da social no curso da cadeia processual, disso resultando, aí sim, partilhada quantidade com qualidade em todas as dimensões de concretude da vida humana: saúde, higiene, salubridade, trabalho, segurança, educação, moradia, lazer, cultura, iniciativa, criatividade, e congêneres.

Assim, ganham destaque no processo de desenvolvimento os fatores socioculturais, valorizando aspectos como o território, as relações entre os atores sociais, as instituições e organizações, as chamadas técnicas produtivas, o meio ambiente e a capacidade de mobilização social e cultural (MARTINELLI e JOYAL, 2004).

Portanto, o processo de desenvolvimento, na maioria dos casos, não é um fenômeno espontâneo e gradual de mudanças. Pelo contrario, geralmente precisa de indução e provocação intencional, um impulso deliberado que incentiva a comunidade a encarar a mudança como algo desejável, um objetivo, uma meta a ser atingida (COSTA PINTO, 1978).

Concluem Martinelli e Joyal (2004, p. 14):

O desenvolvimento só poderá ser considerado efetivo, em termos concretos, se este constituir-se em desenvolvimento humano, social e sustentável, pois, quando se fala em desenvolvimento, deve-se estar buscando a melhoria de vida das pessoas (**desenvolvimento humano**) e da sociedade como um todo (**desenvolvimento social**), sempre com a preocupação com o presente (das pessoas que vivem hoje) e com o futuro

(zelando pelas pessoas que viverão amanhã), levando, assim, ao **desenvolvimento sustentado**. (Grifo dos autores).

Mas cumpre dar mais um passo, além do discurso da inclusão da escuta da cultura, no diálogo com a sociedade. Uma concepção assim inclusiva, aberta a novos aspectos e elementos, mostra que a promoção efetiva do desenvolvimento não se faz por meio de intenções ou ações isoladas. É necessária postura que, frente a este desafio, leve em consideração as diversas realidades do território brasileiro, faça uso de políticas de ações integradas e orquestrem as diversas fontes de ação para o desenvolvimento.

Se em outras partes do Brasil a falta de pensamento integrado e sistêmico faz falta, na Amazônia essa falta se torna dramática. Sua população tem sido vítima do fracasso das tentativas de promoção do desenvolvimento, uma vez que essas tentativas não possibilitaram melhora em sua qualidade de vida. A grande desigualdade social presente em toda a macro-região, além de acelerado processo de pauperização, são problemas a serem enfrentados na busca por um processo de desenvolvimento adequado às demandas da região (FREITAS, 2004).

Além disto, é necessário recordar que os Estados da região Amazônia, de maneira específica a partir da derrocada do ciclo da borracha, momento em que as receitas provenientes das exportações da borracha caíram substancialmente, perderam a capacidade de financiar projetos ambiciosos de desenvolvimento (WEINSTEIN, 1993). A baixa arrecadação de tributos fez e faz destes Estados verdadeiros dependentes dos recursos provenientes do governo federal.

Desta forma, existe a clara necessidade da adoção de estratégias particulares de desenvolvimento focadas em cada município, em cada uma das comunidades Amazônicas, com atenção às suas especificidades e, sobretudo, utilizando os recursos e potencialidades disponíveis em cada localidade. Neste contexto, como pretendemos mostrar, o Desenvolvimento Local representa nova esperança para o alcance deste objetivo nesta importante região de nosso país. E a relação entre Desenvolvimento Local e pertença se justifica pelo fato de que é impossível pensar o desenvolvimento sem o compromisso da população – compromisso muito problematizado por várias particularidades na região, como se verá.

1.1.3 Desenvolvimento Local

Por tratar-se de um conceito recente e, até mesmo, polêmico, o Desenvolvimento Local pode receber definições distintas e variáveis, dependendo do autor que se consulte. A propósito, Ávila (2003, p. 15) esclarece: “O significado desta expressão ainda é objeto de contínua análise e discussão, em virtude de sua ainda muito curta trajetória histórica”.

Os conceitos ligados ao Desenvolvimento Local, como resposta e alternativa ao fracasso das anteriores tentativas de promover o desenvolvimento surgiram a partir da crise dos anos 1970, quando os espaços locais ganharam relevância na análise para redescobrir e reintegrar os recursos e potencialidades locais, bem como buscar novas lógicas de articulação e, ao mesmo tempo, enfrentar os desequilíbrios regionais (MARQUES et alii, 2001).

Porém, até mesmo pela diversidade de conceitos e entendimentos, a definição do que é e do que não é Desenvolvimento Local merece alguns cuidados, conforme aponta Caccia-Bava (2002, p. 17):

A própria dificuldade de definir o que ‘é desenvolvimento local’ já é um indicativo suficientemente forte, posto que, se tudo é desenvolvimento local, então, como ensinava uma velha lição de álgebra, nada é desenvolvimentos local.

Neste sentido, nos parece feliz a aplicação do verbo ‘desabrochar’ estabelecida por Ávila (2000, p. 69), quando define o Desenvolvimento Local como o processo em que:

[...] a comunidade mesma desabrocha suas capacidades, competências e habilidades de agenciamento e gestão das próprias condições e qualidade de vida, ‘metabolizando’ comunitariamente as participações efetivamente contributivas de quaisquer agentes externos.

O Desenvolvimento Local está intimamente associado aos processos de melhora da qualidade de vida da população da comunidade-localidade foco dos trabalhos, sempre a partir das necessidades locais e nunca das decisões provenientes das esferas estaduais ou federais. Não é recomendável a adoção de modelos prontos, mas a adoção de iniciativas inovadoras (BROSE, 2000).

Não pode haver um modelo único de Desenvolvimento Local em virtude da diversidade de contextos onde este é implantado. Trata-se de realidades das mais diversas, tanto em termos geográficos, como sociais ou culturais. É pelo menos temerário, para não dizer inviável, tentar aplicar um modelo único de Desenvolvimento Local que obteve êxito na Europa em uma comunidade da África, sem os devidos ajustes e adaptações (MARQUES et alii, 2001).

Ainda sobre a diversidade de conceitos sobre Desenvolvimento Local, Fischer (2002, p. 240) verifica:

A despeito da diversidade, há elementos que, presentes em maior ou menor grau, se apresentam nas formulações e iniciativas em torno do desenvolvimento local. Podem-se destacar: a ênfase na cooperação e na aprendizagem (formação de capital social e humano); a gestação de novos arranjos produtivos ancorados no território, a integração de serviços de apoio a micro e pequenos empreendimentos (crédito, capacitação gerencial e tecnológica, informação de mercado), a articulação intersetorial de políticas públicas, a constituição de esferas públicas ampliadas com participação direta de atores locais e, mais amplamente, a perspectiva do protagonismo local.

O desenvolvimento só poderá ser chamado de local se houver a exploração e descoberta das potencialidades locais relacionadas ao processo de desenvolvimento, além dos elementos endógenos e exógenos ligados a comunidade-localidade estudada (ÁVILA, 2001). Ainda segundo os mesmos autores, o verdadeiro desenvolvimento local só é alcançado por meio da formação e educação da própria comunidade. E, assim, fazendo a comunidade-localidade, por ela mesma, assumir as rédeas do processo de desenvolvimento. E esse desenvolvimento acontecerá ao ritmo próprio específico de cada local.

Conforme apontam Marques *et alii* (2001, p. 26):

As características do Desenvolvimento Local propostas por diversos autores leva a entender o Desenvolvimento Local como ‘um processo dinamizador da sociedade local’ para melhorar a qualidade de vida da comunidade local, sendo o resultado de um compromisso, pelo que se entende por espaço, como lugar de solidariedade ativa, o que implica mudanças de atitudes e comportamentos de instituições, grupos e indivíduos.

Quando se faz referência ao Desenvolvimento Local não é aceitável a passividade da população da comunidade abordada. Sua participação efetiva, ativa e, até mesmo proativa é fundamental. As ferramentas e recursos para promoção do desenvolvimento e as soluções para os problemas e dificuldades devem vir da própria comunidade. Daí a importância da participação ativa e cidadã, o que ressalta a importância da educação como alicerce indispensável de verdadeiros cidadãos, na literal acepção da palavra.

Busca, escolha e definição de um modelo de implantação do desenvolvimento local dependerão das características encontradas na comunidade, das necessidades endógenas dos ambientes em estudo de acordo com o grau de interação das redes internas e, ainda, da capacidade de reação do tecido econômico e institucional para às novas condições propostas (CASSAROTTO FILHO e PIRES, 2001).

O Desenvolvimento Local, como novo conceito, tende a redimensionar o espaço da administração local. Já faz parte do passado a época em que os problemas de uma gestão eram solucionados com o asfaltamento de algumas ruas ou a inauguração de um posto de saúde. A crescente complexidade dos sistemas sociais passa a exigir novas respostas, novos caminhos, novos conceitos de gestão pública (CACCIA-BAVA *et alii*, 2002).

Por meio do Desenvolvimento Local, buscou-se uma reconstrução conceitual, enfocando aspectos regionais e locais, fazendo uso de uma metodologia inclusiva, sistêmica e evolutiva, procurando assim, encontrar um modelo de desenvolvimento endógeno e sustentado para como território (MARTINELLI e JOYAL, 2004).

Esse modelo de desenvolvimento endógeno, conforme demonstram Martinelli e Joyal (2004, p. 11) só é possível quando acontece de baixo para cima, partindo da própria população: “O novo paradigma do desenvolvimento regional endógeno está no fato de que o modelo de desenvolvimento passa a ser estruturado a partir dos próprios atores locais, e não mais pelo planejamento centralizado”.

O fato de o Desenvolvimento Local estar fundamentado na endogeneização, ou seja, alicerçado nas peculiaridades, realidades e potencialidades de cada comunidade, reforçam o que já foi dito acima sobre a impossibilidade de se criar modelos muito fixos, preconcebidos e

idealizados neste processo. Mesmo porque não há, em lugar algum, uma comunidade idêntica à outra, apenas, comunidades semelhantes (ÁVILA, 2005).

É importante ressaltar que ainda não há um exemplo irrefutável de sucesso relacionado ao Desenvolvimento Local. Boisier (1999) registra que nas últimas décadas, a experiência acadêmica foi muito mais relevante do que os resultados práticos deste conceito. Porém, no mesmo texto, faz uma importante ponderação, Boisier (1999, p. 329): “Não há nada que se possa equiparar à lição de um fracasso. Assim, será necessário seguir fazendo provas de erro e acerto, tratando de minimizar o seu custo social, e para tanto, o conhecimentos é de grande utilidade”.

Relata Martins (2002, p. 58), o mais importante do desenvolvimento local é que, para além de qualquer possível receituário ou padronização – coletivização, trata-se de uma tarefa de coordenação: “[...] uma estratégia de ações coerentes com os princípios e os pressupostos ecológicos e humanistas”.

Entre os conceitos de Desenvolvimento Local encontrados em nossa pesquisa aquele formulado por Ávila (2002, p. 68) nos aparece o mais completo:

O ‘núcleo conceitual’ do desenvolvimento local consiste essencialmente no efetivo desabrochamento das capacidades, competências e habilidades de uma ‘comunidade definida’ (portanto com interesses comuns e situada em determinado território ou local com identidade social e histórica), no sentido de ela mesma se tornar paulatinamente apta a agenciar e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, planejar, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios, assim como a ‘metabolização’ comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito.

Por suas virtudes endógenas, o Desenvolvimento Local tende a, mais facilmente, explicitar e usufruir da grande diversidade que marca nosso imenso país e usá-la em seu favor, por meio da participação política e social que brota da organização dos seus lugares, de seus territórios, contemplando as características e peculiaridades locais, para que sua população comece a ser senhora de seu destino, ou seja, atores protagonistas de seu próprio desenvolvimento.

Assim, ao analisarmos os conceitos de Desenvolvimento Local, percebemos o quanto as regiões ou localidades isoladas da Amazônia se enquadram no contexto apresentado: Primeiro, pelo fato de ser muito fácil ‘definir as comunidades’ uma vez que elas se encontram, em sua maioria, isoladas pela floresta, fato comprovado ao se sobrevoar a região. Segundo, pela peculiar formação histórica, tanto da região Amazônica em geral, quanto do Acre de maneira específica, o que propicia fortes e presentes identidades social e histórica. Ainda podemos citar as potencialidades da região, muitas delas ainda inexploradas, em relação às riquezas naturais e turísticas.

Aponta Tocantins (2001, p. 48):

O Acre, resultante de um corolário natural da expansão do organismo social brasileiro, é, também, significativo exemplo da unidade que originou a formação social de nosso país. Apesar das distâncias imensas do Sul, de onde partiam os influxos de cultura, e embora vizinhos de peruanos e bolivianos, e ainda o fato de receber o Norte, naquele tempo, direta e marcante influência européia (caso da europeização, principalmente sob o modelo francês, de Belém e Manaus), o Acre manteve-se integralmente brasileiro na língua, nos costumes, nos sentimentos. Todas as populações nordestinas que para lá se dirigiram permaneceram brasileiríssimas, não obstante a falta do telégrafo e a navegação de vapores só ser possível durante seis meses do ano.

A história, a coesão e a identidade próprias dessa região habilitam-na como candidata ideal para a elaboração e implantação de projetos de Desenvolvimento Local. São vários os fatores que contribuíram com a referida coesão e identidade: localização geográfica distante dos grandes centros; quase inexistência de infra-estrutura de transporte e o isolamento imposto pela floresta Amazônica. Isto fez com que a imigração de brasileiros vindos de outras regiões fosse pequena, impedindo a ‘contaminação’ da identidade local, pelo contrário, contribuindo para que ela fosse ainda mais forte e presente na sociedade.

O isolamento, supracitado, refere-se ao fato da estrada que liga Cruzeiro do Sul à capital do Estado, Rio Branco e, conseqüentemente, ao resto do país, a BR 364, ficar intransitável durante nove meses por ano. Devido ao intenso período de chuvas, característica comum da região Amazônica e em razão de um trecho de aproximadamente 250 km ainda não

asfaltado da referida rodovia. A comunicação rodoviária só é possível nos meses de Junho, Julho e Agosto, período conhecido como verão amazônico, época da estiagem. Nos demais meses, as únicas formas de transporte, seja de passageiros ou de mercadorias, são via aérea ou via fluvial, esta última por Manaus, através do Rio Juruá.

Evocando o sociólogo Pierson (1977), existem duas ‘forças’ fundamentais na vida social: o isolamento e o contato, ou seja, o papel que estas duas ‘forças’ exercem na vida de todos os povos é de suma importância. Levemos em consideração que o mundo moderno coincide com a extinção do isolamento absoluto; assim sendo, existem apenas variações no grau de isolamento. A mais fácil de ser reconhecida é o isolamento espacial. É o caso do isolamento ocasionado pelos obstáculos de montanhas, desertos, rios, oceanos e outras barreiras naturais que separam uns grupos de outros, dificultando o contato e, conseqüentemente, a comunicação. Neste tipo de isolamento, o aspecto importante não é a simples presença das próprias barreiras, mas o fato de que esses obstáculos dificultam ou mesmo vedam a comunicação.

Em recente obra Ávila (2006) apresenta uma diferenciação interessante entre Desenvolvimento no Local (DnL), Desenvolvimento para o Local (DpL) e Desenvolvimento Local (DL). Desenvolvimento no Local (DnL), segundo ele, seria o caso de uma instituição (empresa privada ou governo) que realiza um investimento em um determinado local visando o lucro e ganhos para ela, sendo o investimento efetivado em busca de lucro ou por obrigação, no caso da empresa estatal. Desenvolvimento para o Local (DpL) seria o desenvolvimento realizado para sanar os problemas gerados pelo Desenvolvimento no Local; este traz benefícios para a comunidade, mas só enquanto houver lucro - quando o investidor vai embora, nada de bom fica, ou seja, o investimento não se desvincula da fonte e não está impregnado na comunidade. A grande diferenciação entre Desenvolvimento no Local, Desenvolvimento para o Local e Desenvolvimento Local está na característica endoginizadora deste último que necessariamente deve evoluir a partir do interior da própria comunidade.

Portanto, por suas peculiaridades a região Amazônica, devido à possibilidade de geração de destroços e problemas ambientais por ele suscitados, não comporta o Desenvolvimento no Local, uma vez que, ainda segunda Ávila (2006, p. 70) o ‘Desenvolvimento no Local (DnL)’:

Se refere a um empreendimento ou iniciativa a que se atribui a qualidade 'de desenvolvimento', por gerar emprego e expectativa de arrecadação de impostos e circulação de bens e dinheiro, mas que, tem o local apenas como sede física.

O fato é que as políticas regionais demandam certa cautela quanto a algumas regiões, como o Norte, em função da baixa densidade populacional e da maior dimensão das áreas municipais e regionais. Neste contexto, destaca-se a Amazônia, com sua vasta região de floresta tropical, como um grande vazio demográfico, que requer uma análise cuidadosa das suas variáveis, além de estratégias especiais de atuação e termos de desenvolvimento econômico regional.

Uma das características mais marcantes da sociedade brasileira é a enorme desigualdade de renda e riqueza observada entre seus membros. Tal desigualdade é ainda mais acentuada e facilmente notada na Amazônica, em função das características específicas da região, como o isolamento e a formação social e cultura singular que marcam sua história, conforme tentaremos demonstrar adiante.

A característica econômica da região amazônica é ser dependente do extrativismo. O Acre tem a maior parte do seu território ainda formado por mata intocada, protegida principalmente pelo estabelecimento de florestas de proteção integral, reservas indígenas e reservas extrativistas. Isto torna essa região candidata ideal à implantação de projetos de Desenvolvimento Local. O modelo atual de desenvolvimento econômico baseia-se, primordialmente, no extrativismo, com destaque para extração de madeira por meio de manejo florestal, o que, teoricamente, garante o uso econômico sustentável da floresta.

Os processos sociais estão abertos à intervenção humana. Assim, o Desenvolvimento Local não se trata apenas de uma estratégia com fundamentação teórica, mas, sobretudo, uma estratégia de pactuação dos atores para estabelecer um movimento para a ação, para a mudança.

1.1.4 Desenvolvimento Local e Amazônia

Assim, em síntese, podemos afirmar que o Desenvolvimento Local se impõe como tarefa a ser pensada para a região, sobretudo: pela necessidade da endogeneização e do estudo das representações locais para se chegar a conceitos satisfatórios de qualidade de vida, o que fica ainda mais complicado diante do pluralismo etnoracial da região; pela necessidade de integração de agentes e pensadores do desenvolvimento e, enfim, pela necessidade de se integrar tudo isso num contexto de manejo sustentável de uma biodiversidade estonteante, mas cada dia mais ameaçada.

É cada vez mais clara a necessidade urgente de mudança no modelo de desenvolvimento, em busca de um modelo baseado em ampliação de oportunidades econômicas e educacionais. A Amazônia hoje é a nossa maior causa nacional, e talvez mundial, mais do que qualquer outra capaz de comover, esclarecer e orientar o país.

A superação do atual modelo de exploração predatória dos recursos naturais por um modelo de desenvolvimento assentado nas atividades econômicas dinâmicas e sustentáveis pode garantir a preservação da imensa riqueza representada pela floresta amazônica, resultando, em tempo de forte ameaça de aquecimento do planeta, em enorme benefício para toda humanidade. A mudança é necessária, pois enfatiza Freitas (2004, p. 156):

A ausência de uma política de desenvolvimento integrada à Amazônia tem deixado suas populações reféns dos atuais modelos de desenvolvimento econômico concentrados em Manaus e Belém, e descompromissados com as dinâmicas sociais e econômicas regionais.

Percebe-se uma modificação na percepção predominante no passado, que entendia o meio ambiente como obstáculo ao crescimento econômico. Esta é, daqui por diante, uma variável qualificadora de um novo modelo, com importância equivalente à inclusão social, ao dinamismo econômico e à redução das desigualdades regionais.

Conforme aponta Silva-Sánchez (2000, p. 14):

O campo de conflitos relativos à problemática ambiental, que se refira à apropriação dos recursos naturais quer se refira à perspectiva da qualidade de vida, envolve uma diversidade de agentes (entre os quais os setores

governamentais responsáveis pela elaboração e implementação das políticas, o movimento ambientalista, outros movimentos sociais que em certo momento adquirem uma perspectiva ambientalista), e, enquanto prática democrática, permanece com uma temporalidade aberta, ampliando permanentemente a noção do direito a um meio ambiente saudável.

Deve-se, também, no debate sobre desenvolvimento da Amazônia levar em consideração o contexto do desenvolvimento do país, inovando e transformando os paradigmas até hoje vigentes em relação ao papel que ela desempenha no contexto sociopolítico, econômico e institucional do país, onde, por muito tempo, foi considerada mera periferia, como repositório de madeiras proibidas, ou como grande berço esplendido que não pode ser tocado, ou que deve ser tocado apenas de forma clandestina.

Os modelos de ocupação territorial e as formas de apropriação dos recursos naturais têm sido concentradoras de riquezas e socialmente excludentes, ocasionando conflitos pelo acesso à terra, aos recursos minerais, às reservas de madeiras nobres e aos recursos pesqueiros, entre outros. A busca de ganhos patrimoniais rápidos por meio de grilagem de terras públicas, com freqüência violação de direitos humanos, é uma característica da expansão da fronteira amazônica. Complexas redes de interesses envolvendo posseiros, madeireiros, grileiros, políticos locais, especuladores e grandes fazendeiros freqüentemente se chocam com os antigos ocupantes da terra, como populações tradicionais, indígenas ou produtores familiares.

Destaca Freitas (2004, p. 152):

Símbolo do regime militar, a Rodovia Transamazônica, projeto do início dos anos setenta, inacabada e abandonada, custou mais de US\$1,5 bilhões ao contribuinte brasileiro. Mais de 1 milhão de pessoas, provenientes de diferentes regiões do Brasil, vivem nas imediações dessa Rodovia, ampla maioria sem acesso às políticas públicas governamentais. Pelos planos originais, seu traçado deveria começar em João Pessoa (Paraíba) e em Recife (Pernambuco), com esses dois trechos unindo-se em Picos (Piauí), que se conectariam com Boqueirão da Esperança, fronteira do Estado do Acre com o Peru, através de 5.600 km de estrada rodoviária (Villaméa, 2001). A corrupção, o planejamento desolado das realidades regionais, os interesses de oligarquias políticas cristalizadas nos parlamentos municipais, regionais e nacionais, agregados aos *slogans* 'Brasil ame-o ou deixe-o' e 'Integrar para não entregar (suposta referência à internacionalização da Amazônia) sustentaram essa tragédia nacional, concebida nos 'porões' da ditadura militar e que, 30 anos depois, resultou numa precaríssima estrada de 2.500 km, interligando as duas regiões com os piores indicadores sociais do Brasil.

A situação atual, de ocupação desordenada com graves distorções socioeconômicas e danos ambientais, resultado dos erros cometidos no passado, só poderá ser alterada com a adoção de um modelo de desenvolvimento efetivamente sustentável, que promova a elevação da qualidade de vida da população regional e assegure a preservação de seu inestimável patrimônio natural. Tal modelo de desenvolvimento só poderá alcançar êxito se, baseado em um correto diagnóstico, adotar como princípio de atuação o respeito à diversidade que caracteriza a região. As estratégias para o desenvolvimento sustentável da região devem ser elaboradas e aplicadas de acordo com as particularidades ambientais, econômicas, sociais e culturais dos territórios aos quais se destinarem, evitando incorrer no erro da generalização e da padronização, responsáveis, em grande medida, pelos fracassos do passado.

Neste contexto, o Desenvolvimento Local, por atender todos esses importantes aspectos, poderá tornar-se uma ferramenta efetiva para a Amazônia alcançar o tão propagado desenvolvimento sustentável.

1.2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

1.2.1 Território

O Desenvolvimento Local emerge de um grupo, comunidade ou sociedade em seu território de vida. Portanto, lugar e território passam a ser elementos de grande relevância quando se pretende deflagrar um efetivo e verdadeiro Desenvolvimento Local.

Porém, na atualidade, o local não pode ser descontextualizado de outras escalas territoriais e nem mesmo do global, uma vez que vivemos um acelerado processo de globalização fortemente influenciada pelo estabelecimento de redes, conforme enfatiza Santos (1999, p. 228):

A tendência atual é no sentido de uma união vertical dos lugares. Créditos internacionais são postos à disposição dos países e das regiões mais pobres, para permitir que as redes se estabeleçam ao serviço do grande capital.

A globalização, em alguns aspectos, eliminou as fronteiras entre as nações, como, por exemplo, na área econômica. Os investimentos deixam de ser realizados apenas local ou regionalmente, pois o capital internacional está presente por todos os cantos do mundo onde se apresentam as melhores possibilidades de rendimentos.

A forte globalização econômica e, especialmente, a cultural faz com que todos os lugares do mundo ouçam as mesmas músicas, assistam aos mesmos filmes e os mesmos canais de televisão, disponham das mesmas marcas, etc. Porém, essa uniformidade leva a necessidade de individualização e diferenciação, no sentido de querer manter as tradições locais, aquelas características que diferenciam o nosso território dos demais.

Aponta Santos (1999, p. 252):

Cada lugar é, a sua maneira, o mundo. Todos os lugares são virtualmente mundiais. Mas, também cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade.

A ‘eliminação’ das fronteiras geográficas e das distâncias, fruto dos avanços tecnológicos e dos meios de transporte, aproximou as nações. Porém, por estarem mais próximas, cada pátria viu-se obrigadas a resgatar elementos de suas historia e tradições para se diferenciarem.

Neste contexto o território começa a ganhar um novo olhar, e tende a ser analisado tanto em relação à função social como pela função simbólica que representa para os habitantes de determinado local, passando, desta forma, a ser compreendido por meio destas relações sociais e culturais (BONNEMAISON, 2002). Com a redescoberta do território, esta passa a ser entendido como útero da vida social e política e, desta forma, ganha uma inédita relevância nos projetos de desenvolvimento.

Reis (2005, p. 08) em texto que defende a necessidade de se interpretar os territórios, apresenta posição em que atribui “aos territórios – que não são, evidentemente, paisagens: são atores, interações, poderes, capacidade e iniciativas – condição própria e lugar específico nas ordens (e nas desordens) sociais”.

Muitas vezes, e de maneira específica para o Desenvolvimento Local, a forma como a população se vê, a sua percepção de si mesma, por meio do simbolismo local, tem grande importância, podendo ser usada como alicerce para os projetos ali implantados. Aqui alguns aspectos são fundamentais, tais como o nível educacional e os sentimentos em relação ao seu lugar, ao seu território.

Atualmente, cada região, entendida como território, passa a ser compreendida como instrumento de potencialidades (BENKO, 2001). A busca pela diferenciação, em virtude, como vimos, do fenômeno da globalização, ressalta as vantagens competitivas de cada território, proporcionando, até mesmo, novas oportunidades de negócios. Em cada território, tentando maximizar suas singularidades, recursos e potencialidades, busca encontrar um diferencial que o valorize e destaque em relação aos demais, porém, sobretudo que se apresente como contexto favorável ao Desenvolvimento Local.

O Desenvolvimento Local, por sua proposta endógena, precisa compreender essa nova dinâmica, para que possa alcançar seus objetivos, como afirma Le Bourlegat (2000, p. 18):

Nesse atual mundo globalizado, em que as relações entre o lugar e o mundo, mediadas pelos territórios político-institucionais, tornam-se cada vez mais relevantes, a ordem local transforma-se em força interna de desenvolvimento.

Bonnemaison (2002, p. 103) chama a atenção para as dimensões sociais e simbólicas do território: “O território é, ao mesmo tempo, ‘espaço social’ e ‘espaço cultural’: dele faz parte a dimensão social quanto à dimensão simbólica”. Ainda segundo o referido autor, o ‘espaço social’ é produzido, enquanto o ‘espaço cultural’ é vivenciado. No primeiro caso, idealizado em termos de organização e produção (abrange os aspectos tangíveis e objetivos), no segundo, em termos de significação e relação simbólica (abrangendo os aspectos intangíveis e subjetivos). Tal simbolismo está relacionado à forma como a população percebe seu território e os sentimentos decorrentes de tal percepção.

Já Santos (1998, p. 251) apresenta na origem do termo território, suas dimensões políticas, ligados ao processo de apropriação:

Etimologicamente território deriva do latim *terra* e *torium*, significando terra pertencente a alguém. Pertencente, entretanto, não se vincula

necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação. Essa apropriação, por sua vez, tem um duplo significado. De um lado associa-se ao controle de fato, efetivo, por vezes legitimado, por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço. Neste sentido o conceito de território vincula-se à geografia política e geopolítica.

Desta forma, o estudo do território implica suas várias dimensões, todas de igual importância para que se possa entender, analisar e, posteriormente, apresentar alternativas e soluções para as dificuldades e problemas detectados. Este, como vimos anteriormente, é um ponto fundamental para o sucesso dos projetos de Desenvolvimento Local. A dinâmica proposta seria primeiramente conhecer o território, procurar entendê-lo por diferentes dimensões e a partir daí analisá-lo e só então propor um planejamento, levando em consideração àquela realidade específica.

Sobre as dimensões do território Costa (2007) apresenta quatro vertentes possíveis:

- a) A vertente “Política”, que o autor também chama de jurídico-política, segundo ele considerada a mais difundida, e que entende o território como espaço delimitado e controlado, no qual se dá o exercício de determinado poder;
- b) A Cultural, ou também chamada de simbólico-cultural: enfatiza mais aspectos do âmbito subjetivo ou simbólico, colocando o território como resultado da “apropriação/valorização” de um grupo em relação ao seu “espaço vivido”;
- c) A Econômica: segundo ele seria esta a dimensão menos difundida, focalizando as relações econômicas e apresentando o território como “fonte de recursos”;
- d) Finalmente, a vertente Natural, considerada a mais antiga, porém menos vinculada atualmente nas Ciências Sociais, entende o território com base na relação entre sociedade e natureza, focando o comportamento dos homens em seu ambiente físico.

No contexto do presente trabalho, os dados foram apontando para uma articulação entre as várias noções de território. Assim, forçosamente, começamos tendo por base a concepção natural, uma vez que a Amazônia enquanto ambiente ainda está longe de ter o nível de intervenção humana de regiões como, por exemplo, a Mata Atlântica, e coloca problemas típicos, como a relação entre a pertença e o isolamento.

Por outro lado, a maneira como a Amazônia é vista em termos de manancial de recursos naturais põe em questão o problema da relação entre preservação e extrativismo na construção do território, o que não se pode senão abordar de passagem neste estudo, dada a importância do problema. Daí se passa a uma consideração política, pois na relação com a distância e com as possibilidades em termos de recursos naturais, se estabelecem formas de relação e de dominação locais que caracterizam o lugar em questão como um território destas e daquelas forças. E aqui se fala, por exemplo, das grandes diferenças de poderio econômico e das relações de poder.

Mas é, sobretudo, o caráter simbólico-cultural que é levado em consideração no presente trabalho, uma vez que se trabalha com estudantes e com o discurso de trabalhadores, mas tentando entender a sua relação com o lugar, ou seja, aquele viés, ou aqueles pontos simbólicos de ancoragem na consciência, que fazem do lugar em questão, que poderia ser ou ter sido um lugar qualquer, *este* lugar especial, ou seja, um território prenhe de perspectivas de atuação, de projetos de enraizamento, de histórias (no caso dos mais velhos), de sentido, e assim por diante: um *território* (grifo nosso).

A territorialidade é uma conseqüência da constituição da consciência do território como um sistema espacial importante para a cultura de seus habitantes, suas raízes. Emerge como fruto das interações de um grupo humano e das tramas de lugares hierarquizados que constituem seu território (BONNEMAISON, 2002).

É importante lembrarmos que a concepção de espaço e território não são sinônimas e, nem mesmo, termos equivalentes, conforme destaca Raffestin (1993, p. 143):

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. Que território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço.

Finalmente, ressaltamos a lição de Costa (2007, p. 127) apresentando sua visão sobre o território: "Muito mais do que uma coisa ou objeto, o território é um ato, uma ação, uma rel-

ação, um movimento (de territorialização e desterritorialização), um ritmo, um movimento, que se repete e sobre o qual se exerce um controle”.

1.2.2 Territorialização

Conforme analisa Costa (2007) em sua obra “O mito da desterritorialização”, foram Deleuze e Guattari os que apresentaram e enfatizaram o território como processo, como um permanente “tornar-se” e “desfazer-se”.

Um exemplo deste ‘tornar-se’ e ‘desfazer-se’, da apropriação citada mais acima e, conseqüente, do processo de territorialização podemos citar a colonização do oeste da Amazônia. Antes um deserto inóspito, aquele espaço foi apropriado por seus desbravadores e por eles territorializado, tornando-se assim, seu novo lar, sua terra, seu território. Conforme ensina José Júlio César de Araújo e Jordeanes Araújo (2007, p. 20) comentando sobre a colonização da Amazônia brasileira: “O vazio demográfico dessa região seria rompido na época do período da borracha, quando imigrantes nordestinos povoaram e se expandiram pelo Juruá, graças ao volume denso de *hevea brasiliense*, ou seja, a seringa da Amazônia”.

Os novos atores projetam suas ações com base em representações de um processo de colonização de espaços ‘vazios’ com riquezas fáceis, mesmo diante das populações indígenas, mediante sua transformação em modelos vividos anteriormente. Para eles a extração da borracha como atividade econômica seria uma forma de romper com o vazio mentalmente percebido.

Nessa situação de desterritorialização conforme o exemplo dado, dos nordestinos para o Acre, a reterritorialização ocorre por meio da apropriação de processos que deu origem a novas configurações características ao território emergente. Ocorre a construção de um novo espaço-tempo completamente diferente daquela que outro grupo poderia constituir (SANTOS, 1998).

A formação de um território permite aos seus moradores uma consciência participativa, além do sentimento de territorialidade. Este sentimento é extremamente importante, pois propicia a consciência da confraternização coletiva (SANTOS, 1998).

A desterritorialização e a reterritorialização pela qual passaram os imigrantes que colonizaram a região que hoje forma o Estado do Acre, durante o primeiro e segundo ciclo da borracha, tem um papel relevante na sua formação como sociedade. É importante constatar que este processo de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, a desculturização e a reconstrução de uma nova cultura, é cada vez mais freqüente em nossos dias devido à mobilidade do mundo globalizado, onde as pessoas conhecem grande quantidade de novos lugares, seja como turista ou imigrante (SANTOS, 1999).

Ao analisar a epopéia enfrentada pelos primeiros colonizadores do Acre, que deixaram o sertão nordestino em buscar melhores condições de vida nas florestas Amazônicas, percebe-se facilmente o modelo de cenário espacial por eles vislumbrado e o processo penoso de construção territorial por meio da apropriação na qual pouco pode se contar com o conhecimento tácito, pois, como demonstra Pessoa (2004, p. 74):

Esses trabalhadores vindos do semi-árido chegaram às terras amazônicas enganados pela promessa de riquezas fáceis e sem o devido preparo para o trabalho nos seringais, porque com a nova função de trabalhadores da floresta tinham que aprender tudo diretamente, em forma de ensaio e erro, até estabelecerem a sua rotina de trabalho.

Conforme mostra Raffestin, outro ponto relevante ao conceito de território é a noção de limite que: “Mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relações que determinado grupo de pessoal mantém com uma dada porção de espaço”. Espaço no sentido de uma tela em branco, onde será realizado um trabalho ou ação. É o ato de apropriação deste espaço que proporciona sua territorialização.

No conceito de Desenvolvimento Local a referida noção de limite é fundamental, uma vez que, por suas características endógenas e pela necessidade da participação efetiva da população, o mesmo não pode ser proposto para uma grande área de abrangência, mas, ao contrário, de preferência para lugares ou comunidades específicas e bem definidas geograficamente.

Neste aspecto, de maneira especial, as comunidades isoladas da Amazônia, por possuírem comunidades facilmente definidas em termos geográficos pela própria floresta que

as cercam, possuem naturalmente esse pré-requisito para a implantação de projetos visando o Desenvolvimento Local.

A definição dos territórios e dos processos de territorialização ganha relevância ainda, por ser neles que surge um dos alicerces da coesão, união e comunitarização de sua população: o sentimento de pertença.

1.3 SENTIMENTO DE PERTENÇA

1.3.1 Análise Conceitual

No Desenvolvimento Local a comunidade tem um papel importante e imprescindível. Por sua vez, o sentimento de pertença ao grupo e ao lugar é fundamental para a manutenção e coesão da comunidade, desta forma os três conceitos se relacionam: sentimento de pertença, comunidade e lugar. Segundo Spinelli Júnior (2006, p. 01):

A definição de comunidade tem passado, sobretudo pela afirmação de sua dimensão subjetiva: a comunidade se estrutura a partir de um sentimento de comunidade, de um senso de pertencer à determinada coletividade.

Para Bonnemaïson (2002, p. 91): “A correspondência entre o homem e o lugar, entre uma sociedade e sua paisagem, está carregada de afetividade e exprime uma relação cultural no sentido amplo da palavra”. Assim, percebe-se que os sentimentos manifestados pelos moradores por seu ambiente de vida são importantes para sua vida social e comunitária, não podendo ser desprezados quando do estudo e análise de determinada comunidade. Este é o sentimento de lugar na abordagem fenomenológica da Geografia.

No contexto do pertencimento social, desde o início do século passado Tönnies e Weber teorizaram sobre o fundamento da comunidade em laços pessoais de reconhecimento mútuo e no sentido de adesão a princípios e visões de mundo comum, que fazem com que as pessoas se sintam participantes de um território comum. Vejamos a definição de comunidade, apresentada por Weber (2005, p. 71):

Chamamos de comunidade a uma relação social na medida em que a orientação da ação social – seja no caso individual, na média ou no tipo ideal – baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes.

Na concepção de Valle (2002) o sentimento de pertença pode ser definido como os laços que prendem o sujeito ao modo de ser, aos comportamentos e estilos de um grupo ou comunidade do qual se torne membro, fazendo com que ele se sinta e aja como participante pleno, sobretudo no que diz respeito aos papéis sociais, às normas e valores.

Existem ainda outros conceitos correlatos a sentimento de pertença. Um deles é o de Topofilia, apresentado por Tuan (1980, p. 05), visto como “o elo afetivo entre as pessoas e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal”.

Um dos aspectos mais importantes para perceber e compreender o sentimento de pertença é o relativo ao passado histórico, uma vez esse é um fator relevante nos sentimentos de amor e afeto atribuídos ao lugar (TUAN, 1980). Idéia reforçada por Santos (1999, p. 264): “A memória coletiva é apontada como um cimento indispensável à sobrevivência das sociedades, o elemento de coesão garantidor da permanência e da elaboração do futuro”.

É fundamental, neste contexto, esforços no sentido de manter presente, em qualquer comunidade, sua identidade histórica e geográfica, uma vez que com o passar do tempo as histórias sobre seu passado tendem a se perder, fazendo com que os jovens esqueçam suas origens. Ao reforçar e manter presente sua identidade histórica, a mesma reforça as possibilidade de manutenção de coesão e união, além dos sentimentos de identidade, orgulho e pertença.

A consciência do passado é imprescindível para o amor ao lugar. Talvez esta seja a razão de visitantes e nativos terem visões diferentes sobre um determinado local. Para o visitante, o confronto com a novidade é determinante para suas impressões. Já o nativo é influenciado pelo comportamento, pelas tradições locais, conhecimento e mitos. (TUAN, 1980).

Dependendo da região, da comunidade estudada, o sentimento de pertença pode ser percebido por distintas manifestações, conforme ressalta Le Bourlegat (2006):

Cada espaço de vida é forma-conteúdo e um lugar existencial, pelo qual brota sentimentos de afetividade e de pertença. As diferentes formas de existência são animadas por conteúdos específicos de relação (familiares, comunitárias, societárias), ascendo por eles um sentimento de afetividade ou de 'lugar' (sentimento de lar, de pátria). As manifestações desse sentimento aparecem como bairrismo, nacionalismo.

A noção de identidade e pertencimento a um determinado local é fundamental para o sucesso do processo de Desenvolvimento Local. A construção social, resultado dos laços territoriais, econômicos e culturais de um determinado espaço geográfico gera um sentimento, que por sua vez, é de grande relevância ao conceito do Desenvolvimento Local (MARTINELLI e JOYAL, 2004).

Desta forma, existe uma conexão importantíssima entre a apropriação do território e a apropriação do projeto de desenvolvimento a ser aplicado em determinada comunidade. Uma vez que quanto maiores as relações emocionais e os sentimentos por determinado local, maior o desejo de vê-lo progredir e crescer, tanto econômico, social e culturalmente.

Os ensinamentos de Santos (1998, p. 251) relacionam os sentimentos ao processo de apropriação de um determinado território:

A apropriação, por outro lado, pode assumir uma dimensão afetiva, derivada das práticas espacializadas por parte de grupos distintos definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos. Neste sentido o conceito de território vincula-se a uma geografia que privilegia os sentimentos e simbolismos atribuídos aos lugares. Apropriação passa a associar-se à identidade de grupos e à afetividade espacial.

A dimensão do simbólico é importante para a construção do lugar. O homem identifica-se com o lugar vivido por seus valores, que ganham relevância pelo uso cotidiano que se faz deles (LE BOURLEGAT, 2000).

Segundo Tuan (1980) toda comunidade, por menor que seja possui a chamada 'ilusão da superioridade', pois esta é fundamental para a construção e manutenção da cultura. Tal ilusão se torna cada vez mais difícil de ser mantida em virtude da velocidade e da difusão da informação e do conhecimento. Mesmo assim, ainda existe o esforço por parte das

comunidades para manter um sentido de centralidade, como demonstra Tuan (1980, p. 36) citando comunidades que:

Corajosamente tentam manter um sentido de centralidade, proclamando que sua cidade é, por exemplo, a 'Capital Mundial da Salsicha' (Sheboygan, Wisconsin) ou até desesperadamente, 'A Maior Cidade do Seu Tamanho' (Taunton, Massachusetts).

Tal necessidade de buscar uma centralidade no mundo se torna ainda mais intensa com o acelerado processo de globalização que assistimos e a necessidade dos territórios em se diferenciar dos demais lugares. Esse processo potencializa por parte da população os sentimentos de pertença por suas comunidades.

A relevância do sentimento de pertença para a comunidade é destacada por Tuan (1980, p. 71):

Chamamos de comunidade a uma relação social na medida em que a orientação da ação social – seja no caso individual, na média ou no tipo ideal – baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes.

Quanto mais forte são tais ligações emocionais, maior será o sentimento de pertencimento dos indivíduos em um grupo ou comunidade. Sentimento esse, por sua vez, indispensável para a solidificação e preservação de um determinado agrupamento de pessoas. Fato que ganha maior relevância quando se verifica que o homem é um ser social por natureza.

Os estudos sobre o tema não são novos, uma vez que os sentimentos em relação ao grupo em que vivem e ao lugar já eram percebidos desde a antiguidade, como demonstra Le Bourlegat (2006):

A configuração da cidade romana na antiguidade e a constituição da cidade-estado nos ajudam a entender o sentimento de pertença, uma vez que ser romano significa ter pelo menos duas identidades: (1) de pertença ao grupo, na condição de 'patrício', na medida em que ele se origina de um patriarca comum; (2) de pertença ao lugar, a 'pátria', espaço coletivo e demarcado dos patrícios.

O sentimento de pertença surge das relações e interações que acontecem entre os moradores de determinado lugar. Os encontros cotidianos geram afetividade e identidade coletiva. Deste sentimento de pertença que irá resultar a identidade dos grupos, comunidades e sociedades (LE BOURLEGAT, 2006). Dele surge a identidade própria de cada território, fato relevante no atual contexto da globalização, como visto anteriormente.

O sentimento de pertença é um aliado do Desenvolvimento Local uma vez que, além de criar forte identificação do indivíduo com os elementos de cultura, crenças, valores e estilo de vida da comunidade, despertando o interesse em participar das formulações e decisões sobre seus destinos. Quando lembramos do forte caráter endógeno do Desenvolvimento Local, percebemos quanto este interesse em participar da condução dos destinos de sua comunidade é imprescindível.

É ainda o sentimento de pertença é um forte elemento de efetivação da indispensável união entre os principais atores responsáveis pelo sucesso do Desenvolvimento Local, ou seja, a população da comunidade em questão.

Ávila evidencia a relevância da união nos projetos de Desenvolvimento Local (2005, p. 101):

Sem envolvimento e cooperação solidária, o Desenvolvimento Local se reduz a mera nomenclatura, por falta de medula que energize e dinamize tanto a união quanto a ação cooperativo-constructiva no âmbito da diversidade de indivíduos que compõe cada comunidade-localidade.

Quando há um forte sentimento pelo lugar, quando existe um sentimento afetivo por ele, quando temos no interior da comunidade a presença de um sentimento de pertença, as possibilidades de uma população se unir em torno de um objetivo comum são muito maiores do que naqueles lugares onde estes sentimentos não estejam presentes, ampliando as potencialidades de se alcançar um efetivo e abrangente processo de desenvolvimento.

Por suas características endógenas no Desenvolvimento Local a união e, conseqüente, coesão da população na comunidade focada é um aspecto estrategicamente essencial para seu sucesso efetivo (ÁVILA, 2001).

Ainda versando sobre a importância de buscar-se uma forte união para a participação efetiva, consciente e comprometida da população no processo do Desenvolvimento Local, aponta Marques et alii (2001, p. 131):

Em todo trabalho, seja ele empresarial ou comunitário, o grande diferencial é a capacidade de envolvimento dos integrantes e a sensibilização para com o problema. O desenvolvimento local, praticamente, depende dessa premissa, pois ele, na sua essência, é endógeno.

Pelo exposto, poderemos afirmar que as comunidades onde se verifica a presença do sentimento de pertença estão mais propensas para a execução de um projeto visando a implementação do Desenvolvimento Local. Ou seja, as comunidades em que a população possua, mesmo que inconscientemente, um sentimento de pertença, estarão mais próximas das condições ideais para o desabrochamento de um verdadeiro e efetivo Desenvolvimento Local.

CAPÍTULO 2

A COMUNIDADE PESQUISADA: CRUZEIRO DO SUL/AC

Visando atingir o objetivo do presente trabalho, ou seja, analisar as manifestações de Sentimento de Pertença da comunidade de Cruzeiro do Sul, Acre, no prisma histórico, faz-se necessária uma apresentação, mesmo que sumária, de alguns elementos de contextualização histórica da comunidade. Este capítulo tem por finalidade mostrar a singular história da colonização da região Amazônica e, conseqüentemente, da fundação da cidade de Cruzeiro do Sul e sua sociedade.

O contexto histórico geral, em relação ao Desenvolvimento Local, seria incompleto sem uma breve avaliação do ciclo da borracha, com o qual começa o capítulo. Em seguida, situa-se a contextualização ao redor da formação do estado do Acre, e da sua nacionalização; em seguida, apresenta-se Cruzeiro do Sul, como uma cidade importante para o estado e, ainda, considerações caracterizando a formação da sociedade cruzeirense. Com isso, o capítulo aponta que o sentimento de pertença, em relação a uma cidade isolada de um estado que tem ao redor de um século de tomada de posse de fato – do ponto de vista geopolítico – como uma variável importante para se pensar a eventual sedimentação de projetos de desenvolvimento. Noutros termos, elementos sociais e culturais, apreendidos num recorte subjetivo (pois fala-se um sentimento de pertença) são importantes para fundar, enraizar, endogeneizar processos políticos e econômicos. Essa discussão não começa neste capítulo, mas tem aqui seus elementos descritivos fundamentais.

2.1. A BORRACHA NA CONSOLIDAÇÃO DA AMAZÔNIA

A consolidação da porção da região amazônica que faz parte hoje do território brasileiro, a formação e o crescimento da maioria das cidades e comunidades ali presentes,

estão diretamente relacionados à história da borracha. Não é possível falar da Amazônia e suas comunidades sem fazer referência à borracha e aos ciclos econômicos por ela impulsionados.

O látex extraído das seringueiras era conhecido e utilizado pelos índios amazônicos muito antes da sua “descoberta” pelo naturalista francês Charles Marie de La Condamine, quando desceu o Amazonas vindo do Equador, em 1743. Conforme leciona Weinstein (1993, p.22):

La Condamine observou que os nativos extraíam um líquido leitoso, viscoso, dessa árvore – posteriormente chamada de *Hevea brasiliensis* – e reparou que esse líquido, após coagulado, produzia uma substância maleável, de elasticidade e impermeabilidade sem-par, que os índios sabiam como moldar em forma de seringa, botas, garrafas e brinquedos. Isso despertou seu interesse. La Condamine levou para a França, em 1745, uma pequena quantidade desse *caoutchouc*, como o chamavam na Amazônia, e publicou importante trabalho sobre suas propriedades peculiares. Embora não tenha sido o primeiro a escrever a respeito da notável substância, esse francês teve papel primordial em sua promoção.

Logo em seguida, começaram os estudos sobre o látex, resultante na descoberta, por parte dos ingleses, que a goma era excelente para apagar e imediatamente batizaram-na de “*rubber*” (de *to rub*, que significa esfregar). Além disso, o seu uso na medicina foi quase que imediato.

A demanda pela borracha em escala industrial veio somente depois que Charles Goodyear aperfeiçoar o processo de vulcanização. A borracha vulcanizada, resistente tanto ao calor quanto ao frio, era apropriada para uma ampla gama de produtos, desde rodas dentadas, correias, mangueiras e telhas, até suspensórios, sapatos e capas de chuva. Isso não significa que a descoberta de Goodyear tenha imediatamente dado origem a uma expansão da exportação: o mercado da borracha permaneceu relativamente calmo até o surgimento da bicicleta, na década de 1890, e a popularização do automóvel, após 1900 (WEINSTEIN, 1993).

O cenário físico da Amazônia, mesmo que não tenha sido determinante para a estrutura do negócio da borracha, com certeza colocou imensas dificuldades à sua produção e comercialização, frustrando as tentativas de inovações técnicas e de ‘racionalização’ da

produção, contribuindo de forma decisiva para a fragilidade e posterior derrocada do ciclo da borracha (WEINSTEIN, 1993).

Na verdade, não havia condições, por maiores que fossem os esforços neste sentido, de produzir borracha por meio de cultivo da seringueira. Na Amazônia brasileira a única possibilidade era a exploração das árvores nativas. O que dificultava e fragilizava a economia, como se verificou posteriormente.

A partir de 1860, houve um aumento da preocupação das casas aviadoras para ampliar a penetração em novas zonas de produção da borracha. Tal preocupação foi resultado do contínuo crescimento da demanda da borracha no mercado mundial (WEINSTEIN, 1993).

A demanda mundial pela borracha, que tinha a Amazônia brasileira como principal fornecedora, foi fundamental para a ocupação e exploração desta grande e importante região. A ocupação econômica da Amazônia se submete, respectivamente, a dois surtos de exploração da borracha, obedecendo aos ditames do mercado internacional (PESSOA, 2004):

- 1) Logo após a Guerra do Paraguai, com a migração espontânea de nordestinos para a Amazônia, de 1870 a mais ou menos 1912. A borracha produzida serviu para abastecer os mercados industriais norte-americanos e europeus;
- 2) A migração induzida pelo Governo Getúlio Vargas, de 1940 a 1945, que levou os nordestinos a acreditarem que sua vinda para a Amazônia era um ótimo negócio para eles.

Ainda segundo Pessoa (2004, p. 73):

Na verdade, o objetivo da indução era suprir as necessidades dos aliados do Brasil na Segunda Guerra Mundial (Estados Unidos da América, França e Inglaterra) contra os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

A pujança inicial do ciclo da borracha estimulou a ampliação da área de extração da borracha. Porém, para tal ampliação era necessária grande quantidade de mão-de-obra. Ou do acaso, ou do destino, o início do ciclo da borracha coincide com uma grave seca no Nordeste brasileiro. A junção destes dois fatores deslocou milhares de retirantes em condições

precárias, em direção aos seringais Amazônicos. Verifica Bárbara Weinstein (1993, p. 136): “A década de 1890 foi de pronunciada expansão, tanto do negócio da borracha quanto das principais cidades da Amazônia”.

Apenas para ilustrar o que representou o ciclo da borracha em relação à demografia amazônica pode-se notar que, apenas no ano de 1878, registrou-se que cerca de 54 mil nordestinos foram levados para a Amazônia, financiados por casas exportadoras e donos de seringal (CUNHA E ALMEIDA, 2002).

O primeiro ciclo da borracha, entre 1850 e 1920, entrou em decadência quando os ingleses obtiveram sucesso no cultivo da seringueira na Malásia, após o famoso roubo das sementes amazônicas. Conforme Cunha e Almeida (2002, p. 117):

Desde 1912, a borracha plantada na Malásia, a partir de sementes contrabandeadas da Amazônia com o patrocínio de Kew Gardens (Inglaterra), derrubou o preço do produto no mercado internacional.

De 1912 a 1932, a produção do Acre caiu de 12 mil toneladas para 3 mil toneladas, enquanto o preço caía de 26 mil réis para 4 mil réis causando grande crise econômica na Região Amazônica, pois então a dependência da extração da borracha era quase total, não se tendo pensado em alternativas para a eventualidade da crise que realmente sobreveio.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o sudeste asiático foi tomado pelas forças japonesas, suspendendo assim o necessário suprimento de borracha para a indústria de guerra aliada, principalmente americana. A invasão japonesa no Sudeste Asiático impediu o acesso dos aliados à borracha das colônias asiáticas holandesas, britânicas e francesas. A borracha tinha importância estratégica, por suas aplicações militares. Em 1943, o Brasil juntou-se aos Aliados e comprometeu-se a exportar toda a sua produção de borracha natural para os Estados Unidos da América. O resultado foi que os preços dobraram imediatamente, as exportações foram retomadas sob controle governamental, e o governo brasileiro assumiu o compromisso de transportar 50 mil migrantes para a floresta amazônica. (CUNHA E ALMEIDA, 2002).

Esses migrantes, recrutados mediante intensa propaganda nas cidades ou vilas dos estados do Nordeste, foram os chamados ‘soldados da borracha’. O governo prometia a esses homens, além das vantagens pecuniárias, contrato de dois anos (ao final dos quais voltaria

para casa), isenção do serviço militar obrigatório e pagamento de pensão à família em caso de morte ou invalidez. O interesse e a necessidade norte-americana foram responsáveis pelo segundo ciclo da borracha. Entretanto, logo após o fim da guerra as fontes de financiamento para extração da borracha amazônica desapareceram. Os homens enviados para lá, ‘soldados da borracha’, foram simplesmente deixados à própria sorte do meio da floresta, sendo muitas vezes submetidos ao trabalho semi-escravo, como muitos dos migrantes do início do século. A região, por sua vez, voltou a enfrentar uma grande e grave crise econômica.

Vale lembrar o ensinamento de Weinstein (1993, p. 15):

Se se desejasse reviver o lugar-comum segundo o qual a história econômica brasileira consiste de uma série de ciclos de expansão e fracasso, a expansão da borracha na Amazônia seria um excelente ponto de partida. Repetindo um modelo bastante conhecido, a produção da borracha na Amazônia ‘decolou’ em função do aumento da demanda estrangeira de borracha bruta, numa época em que a Amazônia era o único produtor mundial.

A borracha, assim como são exemplos a cana-de-açúcar e o café, foi apenas mais uma *commodity*, ou seja, um produto primário de grande valor no comércio internacional, porém sem valor agregado. Em diversos momentos de nossa história tivemos um produto que representou um papel relevante por um determinado período e caindo em importância em seguida. O crescimento econômico do país, neste contexto, sempre foi refém da demanda internacional e sujeita a fortes variações e abruptas interrupções, trazendo sempre sérias consequências não só econômicas como também sociais.

2.2 A FORMAÇÃO DE UM TERRITÓRIO NACIONAL: BREVE HISTÓRICO DO ACRE

Até o início do século XVIII o Acre fazia parte do território da Bolívia. O governo brasileiro sempre reconheceu a posse dessa região ao país vizinho. Porém, desde o princípio do século XIX, grande parte de sua população era formada por brasileiros que exploravam seringais e que, na prática, acabaram criando um território independente. Na verdade, até o início da exploração da borracha, não havia o menor interesse por aquele território. Somente com o ciclo da borracha é que os primeiros colonizadores chegaram àquela área.

Conforme José Júlio César de Araújo e Jordeanes Araújo (2007, p.20):

O vazio demográfico dessa região seria rompido na época do período da borracha, quando imigrantes nordestinos povoaram e se expandiram pelo Juruá, graças ao volume denso de *hevea brasiliense*, ou seja, a seringueira da Amazônia. Nesse período foram criados os primeiros seringais, que no decorrer dos anos se transformaram em vilas e municípios.

Aproveitando-se do fato da esmagadora maioria da população ser constituída por brasileiros, mas estar oficialmente em solo boliviano, o espanhol Luiz Galvez, chefiando a Junta Central Revolucionária do Acre, com o apoio de donos de seringais e comerciantes, todos contrários ao domínio boliviano, proclamou o Estado Independente do Acre. O dia escolhido por Galvez foi 14 de Julho de 1899, inspirado na Revolução Francesa. Seu desejo, segundo Leandro Tocantins (2001, p. 324): era o de “promover a queda da bastilha boliviana”.

No mesmo ano de 1899, os bolivianos tentaram retomar e assegurar o controle da área, iniciando confrontos fronteiriços que geraram o episódio que ficou conhecido como a ‘Questão do Acre’. Sem o apoio do governo brasileiro, a idéia do Estado Independente do Acre acaba fracassando e a posse do território é retomada pela Bolívia.

Foi a tentativa boliviana de arrendamento do território acreano ao capital internacional, por meio do chamado *Bolivian Syndicate*, em 1901, que reacendeu a paixão revolucionária entre os então habitantes do território sob disputa. É importante lembrar que foi a notícia da entrega do território do acreano ao *Bolivian Syndicate* que começou a mudar postura do Governo brasileiro com relação à questão acreana. Conforme lembra Leandro Tocantins (2001, p. 203): “Como quase toda a população acreana era constituída de brasileiros, não admira que os governos federal e estadual tenham recebido essas notícias como um desafio à soberania brasileira na Amazônia”.

Sobre esse episódio, destaca Weinstein (1993, p. 204):

Assim que se tornou evidente que o governo boliviano pretendia transformar numa colônia ianque a maior parte daquele território, o Brasil teve os fundamentos morais e políticos de que necessitava para anexar uma região que indiscutivelmente pertencia à Bolívia. Além do mais, nem sequer seriam necessárias tropas ou armas para executar esse intento, uma vez que os moradores brasileiros do Acre poderiam facilmente manter o

domínio da área, na medida em que a Bolívia não tinha condições de embarcar armas e soldados para a zona de combate. Sendo a difícil viagem transandina extremamente trabalhosa para suas tropas e com o acesso à Amazônia bloqueado pelo governo brasileiro, não restava outra escolha à Bolívia do que ceder às exigências dos rebeldes e aceitar as condições do Brasil.

O povo acreano, insuflado pela notícia do *Bolivian Syndicate*, inicia uma revolta armada que ficou conhecida como ‘Revolução Acreana’. Não obstante seu líder, Plácido de Castro, possuir formação militar, a grande maioria de seus comandados eram seringueiros sem grandes conhecimentos de táticas e estratégias de combate. Sabiam apenas atirar, provavelmente, em razão da necessidade da prática da atividade de caça, essencial para a sobrevivência em meio à selva. Para Tocantins (2001, p. 159):

A campanha de Plácido de Castro não deixou de ser uma luta de guerrilha. Ele, com experiência adquirida nos entreveros da revolução federalista e a par das artes militares, retinha a fórmula dos combates surpresa e mobilidade que caracterizavam algumas fases da guerra civil gaúcha. Adaptar esse estilo ágil às condições do meio amazônico, criar uma estratégia própria, desenvolvê-la sem a interferência leiga dos companheiros e ao modo resoluto do caudilho, foram condições essenciais de seu êxito.

Desta forma, no início do século XX, a região amazônica foi palco de uma emblemática página da história brasileira. Os brasileiros do Acre, na maioria seringueiros, liderados pelo gaúcho Plácido de Castro, impuseram a derrota ao exército boliviano, alcançado assim êxito na chamada ‘Revolução Acreana’.

Vale ressaltar que a ‘Revolução Acreana’ foi o único episódio na história do país em que a revolta da população local tinha como objetivo a anexação territorial em favor do Brasil. As demais revoluções, como é exemplo a Revolução Farroupilha, tiveram por meta a segregação e independência em relação ao solo pátrio.

Por sua liderança e decisiva participação à frente da ‘Revolução Acreana’ Plácido de Castro é reconhecido hoje como grande herói nacional e faz parte da galeria de medalhões da história do Brasil.

Simultaneamente à posse do novo presidente da república, Rodrigues Alves, no ano de 1902, assume o Ministério do Exterior outro nome importante na história acreana: o Barão do

Rio Branco. Foi ele o principal mentor e articulador do ‘Tratado de Petrópolis’, acordo que instituiu o *modus vivendi* e colocou fim definitivo na ‘Revolução Acreana’.

Aos 17 de Novembro de 1903, com a assinatura do ‘Tratado de Petrópolis’, o Brasil recebeu a posse definitiva da região. O Acre foi então integrado ao Brasil como território, dividido em três departamentos. Segundo o referido tratado, o território passou para o domínio brasileiro em troca do pagamento de dois milhões de libras esterlinas, de terras de Mato Grosso e do acordo de construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré.

Conforme ensina Tocantins, para mérito do Barão do Rio Branco (2001, p. 43):

O Acre não nos pertencia e o conquistamos inconscientemente, por uma fatalidade do nosso destino histórico e de causas especialíssimas da geografia física e social da Bolívia. Mas, o Brasil, ao ajustar o Tratado de Petrópolis, ofereceu à nação andina todas as compensações morais e materiais, proporcionando-lhe uma tal soma de vantagens que hoje é unânime o julgamento público e considerar esse pacto um dos mais inteligentes e sábios do hemisfério.

Durante a segunda guerra mundial, com a tomada dos seringais da Indochina pelos japoneses, o Acre representou um grande marco na história Ocidental, influenciando a mudança do curso da guerra a favor dos Aliados, fornecendo o suprimento de borracha necessário para a manutenção do esforço de guerra norte-americano, e graças aos ‘soldados da borracha’.

Mas uma observação deve ser feita, em relação à questão do desenvolvimento da região. O caso do Acre mostra que, conforme visto anteriormente, foi principalmente a necessidade americana que produziu tanto a política de trânsito quanto a de fixação no território, produzindo um segundo Ciclo da Borracha. Novamente a borracha amazônica foi valorizada – por um mercado externo do qual o Brasil era dependente – e, assim como início do século, uma grande quantidade de imigrantes chegaria à região para o trabalho de exploração das seringueiras. E a história continuou avançando pelas décadas de 1950 e 1960: foi graças aos recursos oferecidos pelas florestas do Acre e sua contribuição decisiva na vitória dos Aliados que o Brasil conseguiu recursos norte-americanos para construir a Companhia Siderúrgica Nacional, e assim, alavancar a industrialização até então estagnada do centro-sul, que não possuía ainda indústrias pesadas de base.

A economia do estado, historicamente, baseia-se na extração da borracha e da castanha, na pecuária e na agricultura. Com relação ao extrativismo, grande impulso na vida econômica e na colonização deste estado foi dado com a exploração do látex, proporcionado pelo ciclo da borracha. Porém, o desinteresse do mercado internacional pela borracha da Amazônia em razão do início das plantações inglesas no sudoeste asiático, trouxe sérias conseqüências à economia do Acre, cujos reflexos são sentidos até os dias de hoje.

Atualmente, conforme a Secretaria do Estado de Planejamento (2008), com relação aos setores de atividade, a ocupação de trabalho no estado encontra-se assim distribuída: comércio e serviços: 36,8%; agricultura: 29,6%; educação, saúde e serviços sociais: 14%; administração pública: 10,4%, e indústria: 9,1%.

No estado do Acre, ainda segundo dados da Secretaria do Estado de Planejamento (2008), em relação ao rendimento mensal, 69,5% da população apresenta renda de até 03 (três) salários mínimos e 21,5% não conta com qualquer rendimento. A taxa de analfabetismo encontra-se em 23,7%.

Apesar da crescente conscientização sobre a importância de se preservar os recursos naturais, ainda são grandes os debates entre preservacionistas (que lutam pela preservação das florestas) e os desenvolvimentistas (que colocam o desenvolvimento econômico acima de tudo). Daí a importância de um modelo de desenvolvimento que congregue todos os interesses, refletindo em um planejamento que seja significativo, onde todos sejam ouvidos e respeitados, e os recursos naturais, conhecimentos, competências e habilidades da comunidade sejam maximizados. Características plenamente contempladas pelo conceito de Desenvolvimento Local.

2.3 NA PONTA DO BRASIL: BREVE HISTÓRICO DE CRUZEIRO DO SUL

A história da região onde se encontra a cidade de Cruzeiro do Sul começa muito antes da fundação da cidade. Essa região isolada e de difícil acesso, personagem importante da história que se acabou de contar logo acima, era habitada por diversas tribos indígenas,

merecendo especial destaque o grande império dos Nauas, cujo domínio se estendia por uma grande extensão de terras (MESQUITA, 2004).

Foi apenas com primeiro ciclo da borracha, por volta da década de 1870, que os primeiros exploradores e colonizadores brancos chegaram à região, conforme leciona Pessoa (2004, p. 73):

Os primeiros nordestinos chegaram ao Alto Juruá por volta de 1870-1880, na chamada migração espontânea. Na verdade eles estavam sendo expulsos pelos infortúnios provocados pela seca nordestina de 1877 a 1880. Vieram com o objetivo de trabalhar nos seringais que se localizavam a partir das margens dos rios amazônicos.

A cidade foi fundada pelo Coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo que, ocupando o cargo de intendente do departamento do Alto Juruá do Acre, cargo semelhante ao de prefeito, mas que era nomeado pelo Presidente da República, instalou a sede provisória da cidade na foz do rio Moa, num lugar chamado de Invencível, em 17 de Outubro de 1903.

No ano seguinte, em 28 de Setembro de 1904, a sede da prefeitura é transferida para a margem esquerda do rio Juruá, devido a problemas com a falta de espaço e a ocorrência de enchentes no local anterior. A partir de então a sede da prefeitura passa a ser chamada de Alto Juruá de Cruzeiro do Sul, que irá originar a atual cidade de Cruzeiro do Sul, sendo o aniversário da cidade comemorado nessa data.

Para Cunha e Almeida (2002, p. 111):

A cidade de Cruzeiro do Sul cresceu rapidamente, graças à borracha produzida pelos seringueiros. Fundada em 1904, em 1912 a cidade já tinha 3 mil habitantes, e havia o projeto de construir uma monumental avenida, cujo traçado ainda se vê no majestoso Boulevard Thaumaturgo de Azevedo. Havia jornais, escolas, associações, farmácias, loja maçônica, serrarias e olarias, energia elétrica e fabricas de gelo, além de 150 estabelecimentos comerciais que em parte pertenciam a comerciantes 'orientais': libaneses, gregos e judeus. Tudo isso era sustentado pela exportação de 3 mil toneladas anuais de borracha Acre Fina, a melhor que existia na época, a partir do Departamento do Alto Juruá. Para ali também se dirigiam, no período anual em que não se extraía o látex, os seringueiros que tinham condições, buscando diversão, tratamento de doenças e mercadorias. Como acontece ainda hoje, Cruzeiro do Sul estava ligada a Manaus e Belém pelo rio Juruá. Pelo rio descia a borracha

produzida nos seringais e pelo rio vinham cartas, mercadorias, e até o dinheiro para pagar as contas da prefeitura.

O Acre, ao tornar-se brasileiro, ganhou o status de território federal, o que não lhe dava direito a ter representantes no Congresso Nacional, nem poder para controlar seu poder judiciário, sua polícia, e nem mesmo arrecadar impostos. Como as verbas que vinham do governo federal eram insuficientes para manter os serviços necessários para a população, começou a surgir um forte descontentamento da situação. A cidade de Cruzeiro do Sul, então, foi o palco do movimento que ficou conhecido como “Movimento Autonomista”, que chegou a tomar o poder no Departamento do Alto Juruá, em 1910, com o objetivo de exigir a transformação do território do Acre em Estado. O movimento foi rapidamente sufocado e a mudança de território para Estado só aconteceu em 1962 (CUNHA E ALMEIDA, 2002).

A região é reconhecidamente sofrida, com um povo que desde o início da ocupação humana naquela remota região sempre lutou com as adversidades do meio. Lecionam Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Barbosa de Almeida (2002, p. 105): “O Alto Juruá é mais um caso, relativamente freqüente na Amazônia ocidental, de uma zona de fronteira que se retraiu e caiu no esquecimento”.

Hoje, grande parte da população vive oprimida pelo alto preço das mercadorias e poucas oportunidades de empregos, uma vez que o grande empregador é o setor público, uma pequena parte da população ativa é absorvida pelos estabelecimentos comerciais, a outra grande parte da população ativa está vinculada a atividades informais, o que prejudica, principalmente a juventude da cidade, ter perspectivas positivas de crescimento e realização em relação ao futuro.

A agricultura e a pecuária são a principal atividade econômica, destacando-se a produção da farinha de mandioca que é muito apreciada. Os estabelecimentos comerciais na sua maioria são de pequeno porte. Outra característica das relações comerciais é que, segundo Prefeitura (2008), 67,37% dos insumos e mercadorias utilizadas pelos estabelecimentos têm origem em outros Estados, 16,48% de outros municípios acreanos e apenas 1,83% na zona rural e 18,32% na própria cidade. Isso significa que o município importa a maioria dos produtos que comercializa.

A baixa produção agrícola da zona rural deve-se às características geográficas do município que não permitem a todos os agricultores, estrutura para escoamento dos produtos agrícolas, fazendo com que, na grande maioria, produzam apenas para o próprio consumo.

Aos 104 anos, Cruzeiro do Sul é a segunda maior cidade do Estado, perdendo em tamanho e importância apenas para a capital, Rio Branco. Conta com uma população de 73.948, segundo senso IBGE de 2007.

A população cruzeirense espera para breve o fim do isolamento terrestre, uma vez que o completo asfaltamento da BR 364, que liga Cruzeiro do Sul à capital Rio Branco e, conseqüentemente, ao resto do país, está entre as obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do Governo Federal já em andamento.

Entretanto, vale ressaltar que o simples fato de haver a ligação terrestre com o restante do país, apesar de grande importância, não é necessariamente um fator de desenvolvimento. A estrada poderá convergir em desenvolvimento se estiver integrada a um projeto de desenvolvimento específico para a realidade da comunidade cruzeirense. Pois, por suas características únicas, não há no mundo um projeto de desenvolvimento que possa ser copiado para a mesma, assim como para as demais comunidades isoladas da Amazônia.

2.3.1 A sociedade Cruzeiroense

A sociedade de Cruzeiro do Sul, assim como a sociedade acreana de forma geral, apresenta uma configuração peculiar em relação à população das cidades brasileiras em geral, conforme evidência Tocantins (2001, p. 189):

Nesse assalto a léguas de deserto sem dono, latifúndios que iam das margens ribeirinhas ao 'centro', indefinidos os limites, a sociedade não teve tempo, na pressa da conquista e do ganho, de passar pela estratificação normal de camadas sociais, seja pelos valores de cultura, de mérito pessoal ou de tradição de família. Tudo ocorreu por conta de fatores momentâneos, que criaram duas classes distintas: os que tinham o poder da propriedade, do crédito dos aviadores na capital, logo enobrecidos com o título de coronel ou de comendador, o que significava a passagem para a casta privilegiada e toda-poderosa dos patrões, e os que viviam subordinados àqueles, pelo vínculo do contrato econômico.

Em outras palavras, as definições financeiras estão diretamente ligadas à definição do poder e à constituição social, com uma nota de maior precariedade, em relação ao resto do Brasil. Reforçam esse conceito os ensinamentos de José Júlio César de Araújo e Jordeanes Araújo (2007, p. 13):

O primeiro dado a ser considerado nessa particular geografia cultural regional é o da ausência de processos típicos de urbanização, com a manifestação das condições que identificam os padrões de organização da cultura ocidental. Ou seja, o do surgimento, em primeiro lugar, dos processos típicos da sociedade civil, como o mercado de trabalho e de consumo de mercadorias, das formas de especialização profissional, das instituições como as oficinas de arte, ofícios e de educação universal. Aí se destacando a presença de associações culturais, bibliotecas, imprensa, para mencionarmos as mais freqüentes.

Segundo Tocantins (2001), na rápida formação desta sociedade, em razão da colonização imposta pelo surto da exploração da borracha, dois grupos aparentemente contraditórios foram criados. Um formado pelos padrões e seus auxiliares imediatos. O segundo grupo, formado por seringueiros que viviam em condições de semi-escravidão, uma vez que, trazidos pela ilusão da promessa de riqueza fácil, ao chegarem aos seringais já estavam devendo para o patrão os valores exorbitantes referentes à alimentação e passagem referente à viagem.

É importante lembrar a lição de Pierson (1977, p. 152) sobre o que ocorre quando dois grupos entram em contato: “Estabelece-se, antes de mais nada, um processo de empréstimo recíproco de traços culturais”.

Junto com os seringueiros, a colonização nordestina trouxe para o Acre as características da formação cultural do Nordeste. Entre elas o chamado coronelismo. Esse subsistema autoritário acabou adotado pela nova sociedade que se formava (PESSOA, 2004).

Na concepção de José Júlio César de Araújo e Jordeanes Araújo (2007, p. 13) a influência da cultura nordestina nas manifestações culturais do Vale do Juruá serve como exemplo “de como a diversidade das expressões culturais correspondem a distintas formas de organização da cultura e dos múltiplos e possíveis processos adaptativos e de recriação que estão frequentemente a ocorrer”.

Sobre os colonizadores do Acre, estabelece Pessoa (2004, p. 87):

Os nordestinos traziam arraigados em seus valores culturais aspectos muito positivos como a coragem, a determinação, a história de sobrevivência às lutas mais difíceis da vida, a capacidade de interagir com outros, etc. Mas sobressaíam também neles alguns traços negativos como o estilo de vida extremamente patriarcal e autoritário no trato familiar. O coronelismo lhes era familiar, por isso se adaptavam bem ao estilo servil dos seringais. Muitos vieram sozinhos, sem a família, e isso trazia vantagens para os patrões, pois o investimento a fazer era menor e eles teriam mais tempo para trabalhar sem ter que se preocupar com mulher e filhos.

Foi no isolamento das colocações em meio à floresta, solitário e a mercê de sua própria sorte, que esses seringueiros nordestinos, em sua maioria cearenses, realizaram a epopéia anônima que foi a criação das bases sociais e econômicas para erigir uma nova unidade territorial brasileira, a “última arrancada bandeirante” (TOCANTINS, 2001).

A migração nordestina, estimulada pela grande seca que assolava a região Nordeste naquela época, foi providencial para resolver o problema da extrema escassez de mão-de-obra provocado pelo ciclo da borracha, uma vez que os colonizadores da Amazônia não tinham acesso a um grande número de escravos africanos (PESSOA, 2004).

Desde os primórdios da colonização acreana, a desigualdade social é característica marcante de sua sociedade. Mesmo no auge do ciclo da borracha, apenas uma pequena parcela de privilegiados desfrutava de uma vida de abundância proporcionada pelos recursos provindos do comércio da borracha, enquanto a maioria da população vivia em condições precárias.

Sobre a situação desta época nos seringais, Pessoa (2004, p. 91) relata:

O êxodo dos nordestinos permitia que continuassem a funcionar dessa maneira com custos adicionais mínimos. Por isso, não compartilharam da desagradável situação dos cafeicultores paulistas que, diante da iminente abolição da escravatura, tiveram de arquitetar novos métodos de recrutamento de mão-de-obra. A resposta final de São Paulo foi a imigração européia subsidiada pelo Estado – solução que lançou as bases para a manutenção do desenvolvimento regional. A evolução de uma economia de trabalho assalariado em São Paulo, fazendo crescer o mercado interno e a circulação de bens, e ampliando as oportunidades de investimento em indústrias urbanas e em transporte, acabou por permitir que aquele estado emergisse como o principal centro de atividade agrícola e industrial do Brasil. Em contraposição, a expansão do negócio da

borracha não levou a esse tipo de mudança qualitativa na organização da vida econômica da Amazônia.

Mais dramática do que a falta de recursos financeiros e a dependência dos patrões, os seringueiros, que povoaram a Amazônia, ainda sofriam com as extremas dificuldades do meio: doenças como a malária e o beribéri, os animais selvagens como as onças e as cobras, além da agonia da solidão provocada pelo isolamento e a distância dos amigos e familiares (PESSOA, 2004).

Talvez, para a região Amazônica, Cruzeiro do Sul e suas respectivas sociedades, não seria exagero dizer que a avaliação sobre a situação brasileira elaborada por Cardoso *apud* Gomes (2005, p. 61) ali se encaixa perfeitamente:

A tendência de a abundância de riquezas naturais enfraquecer e solapar o desenvolvimento sustentado das nações é quase uma maldição. Os países cuja economia se assenta principalmente sobre o comércio de produtos naturais são levados [...] a cometer uma série de erros e desmazelos que impedem a modernização da sociedade.

A desigualdade social, herdada do processo de formação histórica do Acre, ainda está fortemente presente em sua sociedade nos dias de hoje. Não seria exagero dizer que uma parte privilegiada desta sociedade tira proveito desta lamentável situação, pois, conforme aponta Costa Pinto (1978, p. 134):

Nada mais característico, no processo de desenvolvimento, do que a existência de certos grupos sociais que vivem e sobrevivem precisamente à custa da irresolução de alguns problemas.

A desigualdade social da cidade de Cruzeiro do Sul pode ser facilmente comprovada caminhando pelas suas ruas, pois se podem encontrar casas luxuosas ao lado de casinhas simples de madeira em pleno centro da cidade.

A situação atual da cidade, com todas as dificuldades provenientes do isolamento da região, do modelo de ocupação, das heranças nordestinas e, sobretudo, a forte desigualdade social, influencia significativamente os sentimentos demonstrados por seus moradores em relação a sua cidade? Ou, até mesmo, pode ser uma de suas razões? São essas e outras questões que tentamos desvendar a seguir.

CAPÍTULO 3

CRUZEIRENSES E A PERTENÇA: RESPOSTA DE ACADÊMICOS E ANTIGOS MORADORES

3.1 NOTA INTRODUTÓRIA AOS CAPÍTULOS 3 E 4

Na dinâmica de um trabalho qualitativo não é necessário partir de esquemas fechados, pois estes podem ter como resultado apenas a confirmação das opiniões *a priori* dos pesquisadores, disfarçadas de hipóteses. O presente trabalho desdobra a sua coleta de dados em dois momentos, interdependentes entre si, mas que de certa forma se corrigem.

Este capítulo terceiro é a apresentação e breves comentários da aplicação de um questionário semi-aberto a duas amostras significativas, que representam a população de Cruzeiro do Sul: estudantes universitários do curso de Administração de Empresas da Faculdade de Desenvolvimento Sustentável de Cruzeiro do Sul, e antigos moradores, frequentadores de um centro de convivência ou habitantes de uma casa de repouso, como se verá. A aplicação do questionário foi seguida por uma série de considerações interpretativas por nossa parte, e foi sentida a necessidade de alguma forma de triangulação, para que a voz do entrevistado aparecesse validando e, eventualmente, corrigindo a leitura feita dos seus dados.

Assim, a este capítulo segue-se um outro (cap. 4), que consiste num retorno aos entrevistados com a finalidade de apresentar-lhes os resultados do trabalho como provisórios, solicitando a sua participação no sentido de investigarmos se eles se reconheciam nas leituras, nos dados, nas inferências que estávamos fazendo das suas respostas. Como se verá, houve uma correspondência positiva entre as duas coletas de dados, e os dois capítulos.

Este capítulo trata, assim, dos questionários semi-abertos. Todos os questionários foram respondidos entre os dias 05 e 30 de Maio de 2008. Os relacionados aos acadêmicos

foram obtidos na própria faculdade, em horário de aula. Já os da maioria dos idosos foram aplicados em visita ao Centro de Convivência do Idoso; apenas dois questionários não puderam ser respondidos no referido Centro de Convivência e sim no Asilo local, para seguir a conveniência dos entrevistados, debilitados por força da idade. Houve grande receptividade por parte de ambos os grupos quanto à participação na pesquisa, demonstrando interesse e disposição em colaborar para o sucesso da mesma.

3.2 APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS SEMI-ABERTOS

No intuito de verificar se a existência de fato do Sentimento de Pertença na comunidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, além de tentar desvendar suas possíveis relações com a perspectiva do Desenvolvimento Local, optou-se por trabalhar com os estudantes universitários da Faculdade de Desenvolvimento Sustentável de Cruzeiro do Sul por dois motivos: sua representatividade, e sua potencialidade em termos de perspectivas de formação de líderes locais.

A sua representatividade fica clara pelo fato de, pelas características da comunidade, se encontram entre eles representantes de todos os grupos e classes sociais de Cruzeiro do Sul – contando entre eles desde acadêmicos de proveniência mais humildes, que estudam por meio de bolsas de estudos ou financiamento, passando pelos que, com o esforço de seu trabalho, pagam mensalidade, até acadêmicos de famílias mais abonadas, cujos pais arcam com todas as despesas.

Outro ponto que influenciou a opção por trabalhar com o grupo de universitários é o fato de que, teoricamente, entre eles se encontram os futuros líderes e formadores de opinião da comunidade. Por fim, entendeu-se existir a necessidade de começar a envolver, de forma concreta, os acadêmicos nas políticas e projetos ligados ao Desenvolvimento Local. De uma maneira ou de outra, grande parte dos projetos de ação municipal tem grandes chances de se articularem em relação à população estudada, razão pela qual parece uma opção bastante lógica levar em conta essa faixa da população como sendo importante para relacionar pertença e perspectivas de Desenvolvimento local. Neste contexto encontram-se as considerações de POCHMANN (2004), que afirma que, por existir um injustificado distanciamento do poder público em relação à produção do conhecimento, há a necessidade de articular o ensino de

terceiro grau com a busca de soluções para as comunidades, uma vez que o envolvimento deste setor na discussão e implantação de políticas de apoio ao Desenvolvimento Local é de grande relevância.

Entre os 195 (cento e noventa e cinco) estudantes do Curso de Administração de Empresas da Faculdade de Desenvolvimento Sustentável de Cruzeiro do Sul, 36,9% do total, ou seja, 72 (setenta e dois) estudantes participaram da pesquisa. Com o objetivo de obter um grupo representativo e proporcional foram selecionados 18 (dezoito) alunos de cada turma dos quatro anos do curso, procurando obter amostra igualitária em termos de gênero e divisão proporcional entre três faixas etárias pré-definidas: a primeira, aqui chamada de 'Idade 1', contendo aqueles estudantes entre os 17 (dezessete) e os 24 (vinte e quatro) anos, a segunda, denominada 'Idade 2', com os de idade entre 25 (vinte e cinco) e 34 (trinta e quatro) e a terceira faixa etária, 'Idade 3' abrangendo os estudantes acima de 35 (trinta e cinco) anos.

Em relação aos dois critérios mencionados acima, o primeiro foi plenamente satisfeito, pois foram obtidos 50% de participantes do sexo masculino e 50% do sexo feminino. Já no segundo critério, a composição demográfica das turmas impediu uma divisão igualitária quanto às faixas etárias, uma vez que 47% estão no grupo 'Idade 1' entre 17 (dezessete) e 24 (vinte e quatro) anos, outros 39% encontram-se no grupo 'Idade 2' entre 25 (vinte e cinco) e 34 (trinta e quatro) anos e, compondo o último grupo, 'Idade 3', 13 % dos estudantes universitários ouvidos possuem idade igual ou superior a 35 (trinta e cinco) anos. Vale mencionar que o estudante com maior idade tem, atualmente, 51 anos.

Já em relação aos 18 (dezoito) participantes com idade acima de 60 (sessenta) anos, dois foram ouvidos no Lar dos Vicentinos, o asilo local, ambos ex-soldados da borracha. Os demais foram ouvidos no Centro de Convivência do Idoso local. O objetivo era que a amostra de idosos compusesse um grupo significativo de pessoas que ainda estivessem em contato com a sociedade e suas famílias, razão pela qual não foram ouvidos muitos moradores do asilo, que, pela própria característica da instituição, estão em condições especiais – de maior debilidade, condições estas que podem comprometer a sua capacidade de se expressarem, de modo confiável. Por outro lado, a sua grande vulnerabilidade também os mantém numa posição em que uma pesquisa sobre suas opiniões pode representar um esforço e, em alguns casos, mesmo um risco de exposição que não se justifica, uma vez que a amostra do trabalho já teria sido obtida em outros grupos menos vulneráveis.

A pesquisa foi realizada por meio do método indutivo qualitativo utilizando como procedimento a resposta a questões semi-abertas e, também, num segundo momento a utilização de entrevistas abertas (respostas livres). Como fonte de dados secundários empregou-se a técnica de pesquisa bibliográfica.

3.3 INFORMAÇÕES DA PESQUISA ENTRE OS UNIVERSITÁRIOS CONSULTADOS

3.3.1 Apresentação de Informações

O questionário semi-aberto com o qual se coletaram as informações da pesquisa foi composto por cinco questões, das quais as respostas passam a ser apresentadas a seguir.

Como resposta a primeira questão, “Você acha que o fato de as pessoas daqui me passarem ‘a idéia de um orgulho danado de pertencer a esta cidade, a este município’ tem fundamento?”, a grande maioria, 93%, dos alunos responderam positivamente. Apenas 07% têm opinião contrária. Não houve grande disparidade quanto às respostas a essa questão em relação ao ano cursado, sendo que entre as turmas houve muito pouca disparidade no percentual de respostas positivas e negativas.

Tabela 1 – Respostas à questão “Você acha que o fato de as pessoas daqui me passarem ‘a idéia de um orgulho danado de pertencer a esta cidade, a este município’ tem fundamento?”:

	Total	Masculino	Feminino	Idade 1	Idade 2	Idade 3
Sim	93%	89%	97%	88%	93%	100%
Não	07%	11%	03%	12%	07%	----

Para os que responderam positivamente, os motivos citados para esse orgulho são:

- 43% a tranquilidade da cidade;
- 29% a pouca violência;

- 29% terra/povo acolhedor/hospitalidade;
- 23% a facilidade de relações/relacionamentos;
- 23% a história local;
- 17% a natureza/biodiversidade;
- 6 % o fato de nascer aqui como fonte de orgulho;
- 5% o trânsito tranquilo e o fácil acesso;

Entre os 05 alunos que responderam negativamente, os motivos da apontados foram:

- Para 02 deles a dificuldade de vida;
- Para 02 deles a falta de emprego/oportunidade;
- Para 01 a baixa cidadania;
- Para 01 o isolamento.

É interessante anotar, dada esta resposta, que apareceram apenas três fatores *dados*, e não construídos pela sociedade, ou seja, dois nas respostas positivas que foram afirmativas (Natureza / biodiversidade; o fato de nascer no local), e um (o isolamento) entre os que responderam negativamente em relação à pertença ao local. Desde este primeiro detalhe, até outros que seguirão, pode-se ver como, apesar da exuberância do local, o pertencimento a ele é um fator que é visto e apresentado como uma construção, e não como um sentimento inato.

Em relação à segunda pergunta, ou seja, como resposta à questão sobre se eles mesmos sentem orgulho de pertencer à cidade de Cruzeiro do Sul, foi verificada uma pequena diferença em relação às respostas à primeira questão, sendo que houve uma pequena redução na quantidade de respostas positivas, ou seja, 90% responderam sim, e, conseqüentemente, um pequeno aumento na quantidade das respostas negativas, perfazendo um total de 10%, ou seja, 07 entrevistados.

Tabela 02 – Respostas à questão se eles próprios sentem orgulho de pertencer à cidade de Cruzeiro do Sul:

	Total	Masculino	Feminino	Idade 1	Idade 2	Idade 3
Sim	90%	91%	89%	79%	93%	90%
Não	10%	09%	11%	21%	07%	10%

Quando questionados sobre se já “viajaram/conhecem” outras cidade do Brasil, fora do Estado do Acre, 71% responderam positivamente e 29% negativamente.

Tabela 03 – Respostas se já ‘viajaram/conhecem’ outras cidade do Brasil:

	Total	Masculino	Feminino	Idade 1	Idade 2	Idade 3
Sim	71%	71%	71%	62%	79%	90%
Não	29%	29%	29%	38%	21%	10%

A última questão apresentou uma situação hipotética, para cuja resposta se solicitou que a mesma fosse encarada como situação real, imaginando a aprovação em um concurso público federal com vagas em qualquer cidade do Brasil e com bom salário. Foi perguntado se, com essa liberdade de escolha, tanto para ficar em Cruzeiro do Sul quanto para deixá-la, qual seria a escolha dos entrevistados. Como resposta 89% responderam negativamente à possibilidade de deixar Cruzeiro do Sul. Apenas 11% dos entrevistados optariam por trocar a cidade por outra.

Tabela 04 – Respostas à questão se, havendo a possibilidade, trocariam Cruzeiro do Sul por outra cidade:

	Total	Masculino	Feminino	Idade 1	Idade 2	Idade 3
Sim	11%	08%	14%	21%	07%	10%
Não	89%	91%	86%	79%	93%	90%

E os motivos apresentados para não trocarem a cidade de Cruzeiro do Sul por outra foram:

- 45% a família e os amigos;
- 26% os bons relacionamentos e a tranquilidade local;

- 11% as “raízes”;
- 08% a vida já estabilizada;
- 08% a possível dificuldade de adaptação;
- 04% por querer ajudar/contribuir para o crescimento da cidade;
- 03% as oportunidades de crescimento profissional.

Entre os argumentos apresentados à opção por deixar a cidade estão:

- 50% as oportunidade de crescimento profissional;
- 25% a busca por novas experiências;
- 12% a busca por melhor qualidade de vida;
- 12% menor custo de vida.

Dos alunos entrevistados, 89% são cruzeirenses de nascimento. Outros 11% , ou seja, 08 (oito) entrevistados vieram de outras regiões. O entrevistado que há menos tempo chegou a Cruzeiro do Sul já reside na cidade há 08 (oito) anos, e o que há mais tempo chegou, reside há 30 (trinta) anos.

Tabela 5 – Alunos que não nasceram em Cruzeiro do Sul:

	Total	Masculino	Feminino	Idade 1	Idade 2	Idade 3
Imigrantes	11%	17%	11%	15%	07%	30%

Entre os que vieram de fora, todos concordam com a existência do orgulho de ser cruzeirense por parte da população e apenas 01 (um) não tem, ele próprio, o referido orgulho. Com relação aos motivos que os levaram para Cruzeiro do Sul, 05 (cinco) apresentaram motivos familiares, ou seja, vieram acompanhando os pais que se mudaram para a cidade e para 03 (três) os motivos foram profissionais.

Entre os 21 (vinte e um) entrevistados (29% do total) que não viajam/conhecem outras cidades fora do Estado do Acre, todos (100%) responderam positivamente ao serem

indagados se sentiam orgulho de ser cruzeirense. E ainda sobre esse grupo, apenas 03 (três) ou 14% optariam por trocar Cruzeiro do Sul por outra cidade.

3.3.2 Comentários

Ao analisarmos as respostas acima resumidas constata-se que os entrevistados concordam que a população cruzeirense demonstra ter um sentimento de pertença à cidade. Essa percepção está presente em 93% do total de entrevistados. As mulheres demonstram ter mais essa percepção do que os homens, uma vez que entre elas o percentual é 10% maior que entre eles. Também houve diferenciação quando comparadas às respostas dos entrevistados em função da idade. A percepção do sentimento de pertença entre os mais jovens é 12% menor que entre os mais velhos. Julgamos importante frisar que entre os mais velhos há uma unanimidade em relação à existência do sentimento de pertença na população local.

Quando se verificam as razões apresentadas como possíveis razões deste sentimento de pertença, 72% justificaram a tranquilidade e a pouca violência da cidade. Dois fatores que estão fortemente vinculados. Outros 52% mencionaram características da própria população, como hospitalidade, acolhimento e bons relacionamentos, como razão do referido sentimento. Para 40% dos entrevistados a história da comunidade e suas características naturais, como a biodiversidade presente na região, são as causas do sentimento de pertença. Apenas para 6% o sentimento existe pelo fato de terem ali nascido.

Desta forma, as características da comunidade, como tranquilidade e pouca violência, e da própria população, hospitalidade e facilidade de relacionamentos, são, pela ótica dos entrevistados, as razões do forte sentimento de pertença local. Dado esse que se contrapõe ao que se vê no país, pois vivemos um momento onde a violência ganha destaque entre as maiores preocupações da população brasileira. A contraposição entre a situação vivida pela população das grandes cidades, acompanhada e fortemente divulgada pela imprensa nacional em relação à situação local pode ser um fator de potencialização deste sentimento. Por outro lado, pode-se notar que a afirmação da ligação com o local está relacionada a fatores sociais, e não apenas à dependência passiva diante da natureza – que também apareceu, mas com menor frequência.

Vale ressaltar que entre os que apontaram motivos para não acreditar que haja o referido sentimento na comunidade (apenas cinco dos setenta e dois entrevistados), os fatores apontados foram a dificuldades de vida, falta de emprego e oportunidade, que foram citados por quatro deles. Fatores estes que são comuns a maioria das cidades brasileiras.

Quando observamos as respostas à segunda questão, se eles pessoalmente têm orgulho de pertencer à cidade de Cruzeiro do Sul, mais uma vez a grande maioria, 90%, respondeu positivamente. Diferentemente à percepção questionada na questão anterior, neste quesito os homens têm um percentual pouco maior, relativamente ao das mulheres. Ou seja, o número de mulheres que têm a percepção do sentimento é maior que o número delas que efetivamente afirma possuir o sentimento. Com os homens acontece o inverso. Já no critério idade, mais uma vez, verifica-se maior sentimento entre os mais velhos que entre os mais novos.

A diferença entre ter a percepção e efetivamente possuir o sentimento de pertença entre os mais jovens e os mais velhos pode ser relacionada pela análise da questão seguinte, ou seja, se os entrevistados já viajaram/conhecem outras cidade do Brasil. Em razão do isolamento em que a comunidade está forçada, pela ausência de ligação terrestre com o restante do país, é grande o número de entrevistados, 30%, que não conhecem outras cidades. Entre os jovens esse percentual é 30% maior que entre os mais velhos. Desta forma, somada a experiência dos anos a mais de vida, com o conhecimento de outras realidades, os mais velhos possuem melhor condição de comparar e analisar a qualidade de vida na comunidade.

Quando questionados se trocariam a cidade de Cruzeiro do Sul por outras, caso tivesse igualdade de condições, a grande maioria, 90%, respondeu negativamente. O que comprova o forte vínculo ao menos nominal, ou afetivo, com a comunidade. Entre os mais jovens encontram-se os entrevistados mais propensos a deixar a cidade, 21% aceitariam a opção.

Ao analisar essa questão pelo fator gênero, o percentual de mulheres que aceitaria a opção de trocar a cidade por outra é o dobro do verificado entre os homens. Ao observar que os homens, conforme já analisado, têm, em termos percentuais, maior orgulho de pertencer à cidade que as mulheres, é natural que entre as mulheres o número de pessoas que trocariam de cidade seja maior.

Entre os motivos apresentados para não deixar Cruzeiro do Sul, 45% apontaram a família e amigos, percentual que pode ser somado aos 11% que citaram as raízes na comunidade para não abandoná-la. De novo a tranquilidade aparece com destaque com 26% das citações. As demais razões não ultrapassaram 10%. É natural a tendência de as pessoas desejarem permanecer onde nasceram e onde construíram sua história, porém um dado curioso é que entre os 08 (oito) entrevistados que vieram de outras regiões e, portanto, não são cruzeirenses de nascimento, apenas 01 (um) faz parte do grupo que optaria por trocar a cidade por outra. Isso apontaria para percepção da cidade, ou seja, da sociedade local, como receptiva, pelas pessoas que se sentem aparentemente acolhidas ali.

Entre os entrevistados que aceitariam trocar Cruzeiro do Sul por outra cidade, as razões mais citadas foram a busca por oportunidade de crescimento profissional (50%) e busca por novas experiências (25%), preocupações pertinentes aos mais jovens que compõe o maior percentual deste grupo.

Do total dos entrevistados, 11% são imigrantes, ou seja, não são cruzeirenses de nascimento. Entre estes, o percentual de homens é maior que o de mulheres e entre os mais velhos o percentual de imigrantes é o dobro do encontrado entre os mais jovens. Ao verificar a origem destes imigrantes constata-se que 50% deles tem origem na própria região do Vale do Juruá, cidades do interior do Acre e do Amazonas. Os outros 50% tem origens distintas no país (São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte) e um destes é de origem peruana.

3.4 INFORMAÇÕES DA PESQUISA ENTRE ANTIGOS HABITANTES DA CIDADE CONSULTADOS

3.4.1 Apresentação de informações

O questionário da pesquisa foi composto pelas mesmas cinco questões apresentadas aos estudantes universitários, as quais passamos a apresentar a seguir.

Como resposta à primeira questão, “Você acha que o fato de as pessoas daqui me passarem ‘a idéia de um orgulho danado de pertencer a esta cidade, a este município’ tem fundamento?”, 95% responderam positivamente. Apenas 05% têm opinião contrária.

Tabela 6 – Respostas à questão “Você acha que o fato de as pessoas daqui me passarem ‘a idéia de um orgulho danado de pertencer a esta cidade, a este município’ tem fundamento?”:

	Total	Masculino	Feminino
Sim	95%	90%	100%
Não	5%	10%	----

Para os que responderam positivamente, os motivos citados para esse orgulho são:

- 41% o fato de terem nascido na cidade;
- 35% a tranquilidade local;
- 29% a pouca violência;
- 17% a facilidade de relacionamentos;
- 17% as amizades;
- 17% o fato de nunca ter conhecido lugar melhor;
- 11% a fato de ter família e amigos;
- 5% a humildade do povo.

O único entrevistado que respondeu negativamente apontou as dificuldades de vida local como motivo para achar que o povo não tem orgulho de pertencer à cidade.

Como resposta à questão sobre se eles mesmos sentem orgulho de pertencer à cidade de Cruzeiro do Sul, também foi verificada uma pequena diferença em relação às respostas à primeira questão, com pequena redução na quantidade de respostas positivas, ou seja, 89% responderam sim, e, conseqüentemente, um pequeno aumento na quantidade das respostas negativas, perfazendo um total de 11%, ou seja, 02 entrevistados.

Tabela 7 - Respostas à questão se eles próprios sentem orgulho de pertencer à cidade de Cruzeiro do Sul:

	Total	Masculino	Feminino
Sim	89%	78%	100%
Não	11%	22%	----

Quando questionados sobre se já viajaram/conhecem outras cidade do Brasil, fora do Estado do Acre, 61% responderam positivamente e 39% negativamente.

Tabela 8 – Respostas se já ‘viajaram/conhecem’ outras cidade do Brasil:

	Total	Masculino	Feminino
Sim	61%	78%	44%
Não	39%	22%	56%

A última questão apresentou uma situação hipotética, da possibilidade de, mantendo o mesmo padrão de vida que tem hoje, trocarem Cruzeiro do Sul por outra cidade, 95% responderam negativamente à possibilidade de deixar Cruzeiro do Sul. Apenas 5% optariam por trocar a cidade por outra.

Tabela 09 - Respostas à questão se, havendo possibilidade, trocariam a cidade de Cruzeiro do Sul por outra:

	Total	Masculino	Feminino
Sim	05%	----	10%
Não	95%	100%	90%

Entre os motivos para não trocar a cidade de Cruzeiro do Sul por outra, os citados foram:

- 41% a família e os amigos;

- 23% o fato de gostarem da cidade;
- 17% a pouca violência local;
- 11% o fato de já estarem com a vida estabilizada;
- 5% o fato de nunca ter conhecido lugar melhor;
- 5% uma provável dificuldade de adaptação.

Apenas uma entrevistada respondeu positivamente a essa questão, alegando que, por ter gostado muito de Belém do Pará, se houvesse oportunidade, mudar-se-ia para lá.

Dos idosos entrevistados 72% são cruzeirenses de nascimento. Outros 28% , ou seja, 05 (cinco) entrevistados vieram de outras regiões, sendo 04 (quatro) do Ceará e 01 (um) do Amazonas. O entrevistado que há menos tempo chegou a Cruzeiro do Sul já reside na cidade há 22 (vinte e dois) anos, e o que há mais tempo chegou, reside há 81 (oitenta e um) anos na cidade.

3.4.2 Comentários

Entre os habitantes mais antigos da cidade de Cruzeiro do Sul a grande maioria afirma a existência do sentimento de pertença na população. Quando analisada em função do gênero, a totalidade das mulheres concorda. Já entre os homens, o percentual é pouco menor.

Mais uma vez, o fator tranqüilidade e pouca violência fator mais citado como razão deste sentimento, com 64% das respostas. Para 41%, o fato de nascerem aqui é sentido como a causa do sentimento, e outros 34% apontaram a facilidade de relacionamento e amizades, vale ressaltar que existe correlação direta entre essas duas causas. Entre os entrevistados 17% apontaram o fato de nunca ter conhecido lugar melhor como razão do referido sentimento.

O percentual dos que afirmam terem eles próprios o sentimento de orgulho por pertencer à cidade é o mesmo entre os antigos moradores e entre os universitários, ou seja, 90%. A única mudança é que entre os antigos moradores o percentual de mulheres que responderam positivamente é maior que o de homens, diferentemente do que ocorre entre os universitários.

Entre os antigos é maior o número de entrevistados que não conhecem outras cidades, chegando a quase 40% do total. Entre as mulheres esse percentual chega a 56%, sendo bem maior que entre os homens, 22%.

Os moradores antigos são mais relutantes à idéia de deixar Cruzeiro do Sul por outro lugar, pois a grande maioria, 95%, respondeu negativamente a essa possibilidade. Dado natural em razão de já terem uma vida estabilizada e fortes relações com a comunidade, como se pode depreender pelas suas outras respostas.

Entre os motivos apontados por eles para não deixarem Cruzeiro do Sul, 41% aponta a família e amigos, 23% o fato de gostarem da cidade, 17% a pouca violência e 11% apontam o fato de já estarem com a vida estabilizada. Chama a atenção que um quarto dos entrevistados registrou como motivo para não trocar a cidade o fato de gostarem dela, explicitando o sentimento positivo pela mesma.

O número de imigrantes entre os moradores antigos é o mesmo que entre os universitários do grupo de maior idade, ou seja, 30%. Desta forma, percebe-se que houve uma redução no número de imigrantes para a cidade, pois entre os universitários esse percentual cai para menos da metade, ou seja, 11% do total de entrevistados.

3.5 ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE AS INFORMAÇÕES DOS ACADÊMICOS E ANTIGOS MORADORES, COM ÊNFASE AS MAIS SIGNIFICATIVAS DESCOBERTAS E INFERÊNCIAS DO CAPÍTULO.

Os resultados da pesquisa realizada entre os acadêmicos da comunidade de Cruzeiro do Sul são totalmente corroborados pela pesquisa realizada entre os moradores mais antigos, uma vez que foi insignificante a alteração nos percentuais encontrados em ambos os grupos.

Entre os universitários 93% acredita haver o sentimento de pertença por parte da população e entre os idosos, esse percentual foi de 95%.

Mesmo quando observamos os fatores apontados para a resposta anterior, há grande semelhança nos resultados apurados. Por exemplo, entre os acadêmicos, 72% indicaram a tranqüilidade e pouca violência da cidade como causa do sentimento, entre os mais antigos habitantes, essas razões foram apresentadas por 64% dos entrevistados.

Quanto às respostas à questão sobre se eles próprios possuem orgulho por pertencer à cidade de Cruzeiro do Sul, em ambos os grupos o percentual de respostas positivas foi de 90%.

Quando analisadas as duas primeiras questões, especialmente em razão do quesito idade, percebeu-se uma diferença significativa entre as respostas do grupo mais jovem em relação aos mais velhos, tanto quanto à percepção, quanto ao fato de possuírem o sentimento de orgulho pela cidade. Fato que pode refletir tanto uma evolução crítica, no sentido de perceber as deficiências da cidade, como uma perda de identidade histórica, pois com o passar dos anos, as histórias sobre o surgimento da cidade vão se perdendo e os jovens vão esquecendo-se de suas origens.

Outra hipótese para a referida diferença de percentuais entre os mais jovens e mais velhos, pode ser a situação atual da cidade em relação às oportunidades de bons empregos e da desigualdade social, pois, conforme Costa (2007, p. 92):

A exclusão social que tende a dissolver os laços territoriais acaba em vários momentos tendo o efeito contrário: as dificuldades cotidianas pela sobrevivência material levam muitos grupos a se aglutinarem em torno de ideologias e mesmo de espaços mais fechados visando assegurar a manutenção de sua identidade cultural, último refúgio na luta por preservar um mínimo de dignidade.

Neste caso, o sentimento de orgulho dos mais velhos é maior pelo fato de já terem conseguido ‘vencer’ na vida, no sentido sustentar suas famílias e, até mesmo, atingir alguns objetivos, não tendo nada mais a desejar. Já os mais jovens se preocupam com seu futuro, ou seja, com a incerteza do porvir.

Um dado relevante é que, analisando as respostas dos imigrantes à questão sobre ter ou não o sentimento de orgulho por pertencer à cidade, nota-se que tal sentimento não é

exclusivo daqueles que nasceram na cidade. Mesmo os que vieram de fora demonstraram-se contagiados por tal sentimento já que 88% deles responderam positivamente a essa pergunta.

Já entre as respostas sobre se viajaram/conhecem outras cidade, houve uma diferença de 10% entre os grupos, uma vez que entre os universitários praticamente 30% nunca deixaram a cidade e entre os mais antigos habitantes esse percentual sobe para quase 40%. Esse foi o ponto onde houve a maior diferenciação entre as respostas dos grupos.

Quando se analisam as respostas à pergunta sobre se trocariam Cruzeiro do Sul por outra cidade, mais uma vez os percentuais de respostas são semelhantes. Entre os acadêmicos praticamente 90% responderam negativamente assim como 95% dos habitantes mais antigos. Vale ressaltar que o percentual de entrevistados que responderam negativamente a essa questão é igual ao percentual de respostas positivas ao questionamento se eles próprios têm orgulho de pertencer à cidade. Assim fica patente que o sentimento de pertença aparece quando as pessoas são membros ativos, inseridos em uma comunidade.

De novo, os argumentos para justificar a resposta são parecidos. O argumento mais citado por ambos os grupos foi a existência de família e amigos na cidade, com percentual de 45% entre os universitários e 41% entre os habitantes mais antigos.

É interessante comparar as origens dos imigrantes do grupo composto por universitários em oposição ao grupo formado pelos habitantes antigos. Entre os mais antigos, a origem dos imigrantes é predominantemente nordestina, particularmente cearense, conforme registra a história da colonização da região nos Ciclos da Borracha. Por sua vez, entre os acadêmicos a predominância é de imigrantes da própria região do Vale do Juruá, que em sua maioria vieram em busca de melhor formação e estudo. Apenas um dos novos imigrantes é nordestino, vindo do Rio Grande do Norte. A julgar pelos entrevistados, Cruzeiro do Sul atualmente recebe pessoas dos mais diversos lugares do país, como São Paulo e Mato Grosso do Sul, e até de países vizinhos, como o Peru. É uma mudança interessante, pois ajuda na diversificação cultural da cidade, pois não mais existe o predomínio de imigrantes de uma mesma região.

Ao comparar as informações apresentadas pelos dois grupos, verifica-se que a amostra analisada dos acadêmicos é significativa e pode ser considerada como representativa da comunidade cruzeirense.

Neste sentido, as informações obtidas indicam que o sentimento de pertença é forte na comunidade, podendo ser útil para promover a comunitarização da população, pois esta é fundamental para o alcance do Desenvolvimento Local. Uma vez que 90% dos entrevistados afirmaram não trocar Cruzeiro do Sul por outra cidade, é, teoricamente, do interesse dos mesmos, projetos que tragam desenvolvimento para a cidade na qual pretendem viver pelo resto de suas vidas. E a tendência é que, pelo sentimento demonstrado, haja maior predisposição para participação nos referidos projetos.

CAPÍTULO 4

PRONUNCIAMENTOS DE CRUZEIRENSES SOBRE O ORGULHO DE PERTENCER À CIDADE

Neste capítulo executamos um esforço ulterior, se o comparamos com os resultados da pesquisa apresentados e discutidos até o momento. Depois das primeiras coletas de dados com a população, aconteceu um retorno, que se caracterizou como sendo meio aula, meio entrevista, e os alunos e idosos que quiseram puderam escrever sobre as respostas e os resultados então provisórios do trabalho que lhes foram apresentados. Uma amostra do que eles escreveram encontra-se em anexo ao presente texto (anexo I).

Puderam acrescentar novas percepções e corrigir coisas que pensavam estar mal representadas ou erradas, a respeito das suas falas. Sintomaticamente, não houve correções, mesmo tendo-lhes sido dada a liberdade de escrever longe da vista do pesquisador, sem sua interferência e com a garantia do anonimato. O clima geral foi de colaboração pronta e cordial, e, aos poucos, sobretudo os idosos queriam falar mais sobre o que “achavam”. Os estudantes também, mas com um pouco mais de reserva.

São apresentados a seguir os resultados dessas novas falas de retorno, e ao fim de cada apresentação, com o único objetivo de ajudar na leitura sinóptica dos resultados, é apresentado um resumo das falas em forma de categorias, que apontam para a necessidade, ou, pelo menos, para a oportunidade de estudos ulteriores para o aprofundamento do tema.

4.1 RESULTADOS DAS DISCUSSÕES E ENTREVISTAS ABERTAS COM OS PARTICIPANTS DA PESQUISA

Aparecem algumas diferenças de resultado nas respostas dos mais adultos ou idosos em comparação com os mais jovens, com relação à percepção e ao fato de manifestarem o sentimento de orgulho por ser cruzeirense. Elas podem ser vistas a partir da perspectiva com a qual cada um dos dois grupos etários olha para a própria resposta.

4.1.1 Grandes perspectivas: a pertença olhando “para trás” ou “para frente”

Os mais adultos e mais velhos respondem, ou tecem um discurso (uma vez que se mostraram mais propensos a falar) tendo como ponto de embasamento sua trajetória de vida, suas conquistas e a própria evolução e crescimento da cidade. No caso deles, a narrativa da pertença aparece como uma história contada, em primeira pessoa, de derrota ou de vitória, no embate contra ambiente difícil e governo omissivo.

Já os mais jovens respondem tendo como base suas perspectivas em relação ao futuro, ou seja, avaliando suas oportunidades de crescimento, de conseguir bons empregos, para obter progresso e crescimento em sua qualidade de vida. Neste caso, a pertença assemelha-se muito mais a um engajamento em relação a novas problemáticas que envolvem o desenvolvimento da região, como, por exemplo, a dialética entre preservação e extrativismo. Isso se vê já estruturalmente no fato de os universitários entrevistados estarem engajados em busca de perspectiva institucional, vez que estão estudando administração para promover o desenvolvimento que o denominam “sustentável”.

Na cidade de Cruzeiro do Sul ocorreram mudanças importantes nos últimos anos, principalmente no campo da infra-estrutura. Como exemplos dessas mudanças poderíamos citar a urbanização e revitalização do centro da cidade, inauguração do Hospital Regional do Vale do Juruá (que amenizou os sérios problemas em relação ao setor de saúde no município), do novo porto, da Avenida Parque Mâncio Lima (que, além de importante via de deslocamento, possui área de lazer e asfaltamento de ruas, entre outras. Ainda poderíamos citar como obras importantes o novo aeroporto e a pavimentação de grande parte da BR 364

(que já liga Cruzeiro do Sul às cidades de Tarauacá e Feijó, integrando boa parte do Estado) que atenua a distância da cidade em relação a outros centros, mesmo preservando a sua condição de isolamento.

Os mais velhos não só sentem orgulho por todas estas transformações e mudanças, pelas quais a cidade passou, como também se sentem participantes, como colaboradores desse processo. Sem, é claro, esquecer do orgulho natural relacionado à formação do município em região tão inóspita e distante, sua história de lutas e conquistas.

Outros fatores que poderiam colaborar com o menor sentimento de orgulho por parte dos mais jovens é o maior acesso à informação e o custo de vida. O acesso à informação faz com eles tenham possibilidades de conhecer as oportunidades e possibilidades disponíveis em outras cidades maiores, não só na área da educação e formação profissional, quanto na área de lazer e entretenimento. Já o custo de vida torna a própria sobrevivência mais difícil para grande parte da população Cruzeirense.

Em representação simbólica, poderíamos resumir a leitura até aqui apresentada na figura logo abaixo, caracterizando o sentimento de pertença como sendo ligado ao contexto “retrospectivo” ou “perspectivo” (termos nossos).

GRUPO OU FAIXA ETÁRIA	ESTILO DA PERTENÇA	CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA
Mais velhos	Retrospectiva	Participou da história. Resistiu ao ambiente. Construiu “isto tudo”. Vive para contar a história.
Mais jovens	Perspectiva	Quer participar. Quer construir. Sente-se diferente. Vive em mobilização para construir uma outra perspectiva.

Fig. 01 : Estilos de Pertença.

4.2 OUTROS PONTOS IMPORTANTES DAS FALAS

Além dessas grandes categorias das falas, a dos velhos sendo direcionada “para trás” e a dos jovens “para frente”, passaremos a comentar outros elementos que reforçam os que

foram mencionados, acrescentando-lhes, porém, alguns matizes que merecem ser ressaltados, ainda que brevemente.

4.2.1 Aspectos positivos mencionados com maior frequência

Em primeiro lugar, aparece forte e insistente valorização do contato com a natureza. Muitos destacam a proximidade com a floresta, a existência e a beleza dos igarapés e o ar limpo como fatores interessantes em suas vidas. Em suas palavras, a Amazônia possui uma ‘magia’ que encanta muitas pessoas, não só no Brasil, como no mundo. Os cruzeirenses, aparentemente, não só estão cientes do valor da natureza, como são conscientes do privilégio de viver cercado pela maior biodiversidade do planeta.

Outro ponto destacado pelos moradores é a manutenção do ‘clima’ de cidade pequena do interior, onde todos são conhecidos e se conhecem. Fato que facilita a boa convivência, a cordialidade e integração entre os mesmos. É importante lembrar, levando em consideração o percentual de imigrantes, que a população de Cruzeiro do Sul poder ser considerada autóctone, uma vez que sua maciça maioria (89%) nasceu no lugar. Isso contribui para esse forte conhecimento e integração entre os moradores e, conseqüentemente, sua comunitarização. Já desde Barquero (1999) que se ressalta a importância de aspectos proxêmicos para a mobilização de forças da sociedade civil, tendo em vista a criação de perspectivas de desenvolvimento realmente sustentável, e com significado para os locais, ou seja, genuíno Desenvolvimento Local.

Outro ponto ligado ao ‘clima’ de cidade pequena do interior são as manifestações que apontam Cruzeiro do Sul como cidade tranqüila. Tal percepção é reforçada com notícias e cenas de violências das grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, transmitidas quase diariamente pelos meios de comunicação.

Ainda como resultado desta percepção sobre a cidade, percebe-se que os moradores se avaliam como um povo acolhedor e humilde, o que condiz com a realidade. Quando chegamos a Cruzeiro do Sul, há quatro anos, entre tantas coisas que nos chamaram à atenção, a atitude acolhedora e hospitaleira dos cruzeirenses foi das mais marcantes.

O acolhimento e a hospitalidade, percebidos pela população, podem justificar as citações presentes nas falas e testemunhos, dos participantes da pesquisa, relacionados à percepção de solidariedade. Segundo muitos deles, quando se precisa de alguma ajuda, sempre se encontrará alguém disposto a ajudar. Nos Anexos, os leitores poderão encontrar amostras dessas falas.

A presença e proximidade com a família são também citadas, porém com menor frequência. Existe a valorização deste aspecto pelos habitantes de Cruzeiro do Sul, todavia, segundo as conversas e testemunhos, não é a principal ou exclusiva razão do elo afetivo para com a cidade. É normal e natural se valorizar a família, suas origens. Todos gostam ou, pelo menos, gostariam de estar próximo aos seus familiares, das pessoas que ama.

4.2.2 Consciência de problemas e desafios

Mesmo com o forte sentimento de pertença manifestado não só na pesquisa, como também nas discussões e comentários, nota-se que os cruzeirenses têm consciência dos problemas e dificuldades de sua cidade. O alto custo de vida e as dificuldades relacionadas às oportunidades de bons empregos são exemplos apresentados, por eles, que ilustram tal fato.

Além disto, são também cientes de que em outras cidades poderiam ter maiores e melhores oportunidades não só no que diz respeito a possibilidades de acesso a bons empregos, como, também, maiores possibilidades de estudos, no que se refere à oferta de opções de cursos superiores e escolas de idiomas. Razão esta que faz muitos jovens deixarem Cruzeiro do Sul para realizarem seus estudos de terceiro grau em diversos centros universitários do país, como Goiânia, Manaus, Belém e Marília entre outros.

Vale ressaltar que estamos aqui apresentando avaliações subjetivas, uma vez que existem aqueles que analisam os problemas e dificuldades ainda existentes em Cruzeiro do Sul não como uma deficiência da cidade, mas como oportunidades. No entender de alguns, devido ao fato de existir muito ainda por fazer, há, conseqüentemente, muitas oportunidades e possibilidades a serem aproveitadas.

Os moradores participantes da pesquisa apontam que provavelmente teriam dificuldades de adaptação em outras cidades. Citam, ainda, uma possível perda de liberdade, vez que em outras cidades menos calmas e tranquilas, teriam menos mobilidade e maiores preocupações em relação à segurança.

4.3 EXPRESSÕES: SINTETIZANDO A PERTENÇA

Algumas expressões aparecem com maior frequência nas falas dos Cruzeirenses que participaram da pesquisa. Chama a atenção o número de moradores que conceitua Cruzeiro do Sul como “cidade maravilhosa”. O que, mais uma vez, evidencia o forte sentimento positivo dos habitantes em relação à sua cidade.

Outra expressão facilmente encontrada quando analisamos os comentários dos participantes em relação ao lugar onde moram é a de que: “Vivemos no paraíso”. Expressão relacionada a vários pontos anteriormente analisados, como, por exemplo, a tranquilidade da cidade e o contato com a exuberante natureza, segundo suas próprias palavras.

Quanto à população cruzeirense, a maioria dos participantes fez uso das seguintes expressões: “pessoas amigas”, “companheiros”, “solidários”, “hospitaleiros” e “acolhedores”. Todos reforçam o que foi apresentado no decorrer do trabalho, como a facilidade de amizades e relacionamentos percebidos pelos moradores, a forte percepção de solidariedade, a hospitalidade e o acolhimento que chamam à atenção de grande parte dos que visitam a cidade.

Porém, nenhuma expressão é tão representativa dos sentimentos da população cruzeirense, em relação à cidade e aos seus concidadãos, quanto a usada por alguns dos participantes da pesquisa, que se sentem membros da grande “família Cruzeirense”.

O uso de expressões típicas na vida comum, e no trânsito cotidiano da população, aponta para a construção de identidade em pleno curso, que, por falta de tempo, precisamos remeter para outro trabalho. Em todo caso, as falas recolhidas apontam para a necessidade de se estudar a relação entre os atos de fala e a manifestação da representação da identidade do “sul-cruzeirense”, que está em plena formação. Isso pode vir a ser feito futuramente, também,

com recurso ao trabalho de artistas locais (por exemplo, Alderan Moraes, compositor e músico local), que cantam e resumem com muita propriedade essas falas em expressões que, depois, cantadas, realimentam o processo de construção de referências identitárias locais.

Em síntese, as falas apresentadas podem ser ainda categorizadas segundo o quadro a seguir.

CARACTERÍSTICAS	ASSOCIADAS A	EXPRESSÕES MAIS TÍPICAS
POSITIVAS		
contato com a natureza	riqueza do ambiente	Expressões telúricas: Cidade maravilhosa Paraíso
contato com a natureza	biodiversidade / riquezas naturais	
Clima de cidade pequena	menos violência (do que na cidade grande)	Expressões proxêmicas: Família Cruzeirense População: pessoas amigas, companheiros, solidários, hospitaleiros, acolhedores
Clima de cidade pequena	Povo acolhedor	
Clima de cidade pequena	mais liberdade (do que na cidade grande)	
NEGATIVAS (OU DESAFIOS)		
alto custo de vida	isolamento; dependência de outros centros	-
dificuldades de emprego	Cidade pequena	-
Clima de cidade pequena	Menos oportunidades	-

Quadro 1 – Categorias das falas.

Note-se que é interessante o fato de que nas narrativas que foram analisadas, a característica positiva apareceu ligada a expressões adjetivantes. No caso de características negativas, elas foram enunciadas, mas não foram adjetivadas. Por exemplo, quando alguns depoentes afirmam que a cidade “tem clima de cidade pequena”, chamam-na de “paraíso”. Quando, porém, afirmam que, por ser uma cidade pequena, apresenta poucas oportunidades, e caracterizam isso como sendo negativo, não usam um adjetivo depreciativo para fechar a sua percepção em um símbolo. Como por exemplo: “currutela”, “gentinha”, “inferno”. Se lermos estes dados em conjunto com o alto índice de pertença encontrado nos questionários do capítulo três, podemos ter a idéia de que população estudada a pertença se refere com base em experiências consistente.

Em breve comentário final, podemos afirmar que os dados apontaram para duas categorias de caracterização de relações entre a população e o seu território. Uma, a representação telúrica, no sentido de assumir posição quase contemplativa diante da natureza ainda exuberante e desafiadora. Outra, a representação proxêmica, posicionada diante da existência do fenômeno social como sendo primordialmente ligado a associações de estilo tradicional, isso tudo sendo visto como positivo. Associamos, em nossa leitura dos dados, essas duas categorias, resultantes de um esforço de classificação, a expressões mais típicas que apareceram nas falas dos sul-cruzeirenses. O que deixa claro que aparecem, também aqui, tanto nas caracterizações positivas quanto nas negativas, uma admiração pelo local, simultaneamente com um reconhecimento dos seus problemas e uma disposição clara de se envolver com a busca de uma solução.

4.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS SOBRE ORGULHO DE PERTENÇA FACE AOS REFERENCIAIS TEÓRICOS

Ao mesmo tempo em que traz uma uniformidade, o fenômeno da globalização reforça a necessidade de diferenciação das comunidades, no sentido de fortalecer as características que, diante das demais façam com que elas possam se apresentar como distintas ou, pelo menos, como elas mesmas, providas de traços particulares. Isso deflagra o surgimento das manifestações e tradições locais, que vão aparecer, no processo de globalização, como verdadeiros diferenciais de referência nas relações entre as localidades. Cada população, em seus territórios, busca ressaltar aspectos de sua cultura ou, muitas vezes, de sua identidade histórica para acentuar as diferenças em relação aos demais e, desta forma, acentuar suas ligações com seu lugar.

Tal processo, referenciado por aspectos reais ou simbólicos, é importante para o florescimento e manutenção do Sentimento de Pertença em determinado território, não só em relação aos que ali nasceram, como também para aqueles que escolheram aquele local para viver, conforme verificado na pesquisa de campo.

Esse sentimento de afetividade, de pertença ao lugar determina as relações que as pessoas têm com sua comunidade, além de definir seus costumes, hábitos e cultura. Desta forma, representa um elemento fundamental quando se analisa um projeto de Desenvolvimento Local. Uma vez que, por suas características, este necessita, para alcançar os objetivos, ser um projeto significativo para todos os habitantes da comunidade envolvida, fazendo de cada um deles colaboradores e co-autores do referido projeto.

Quando estudamos os conceitos de Desenvolvimento Local, Sentimento de Pertença e Território e Territorialidade, um aspecto de especial relevância é a noção de limite. Assim, as comunidades isoladas da Amazônia, pela característica natural de, em sua maioria, estarem delimitadas pela floresta de um lado e pelo rio de outro, apresentam maior facilidade para as manifestações referentes ao Sentimento de Pertença e, desta forma, para a implantação de projetos relacionados ao Desenvolvimento Local, conforme Raffestin (1993).

Em uma comunidade o Sentimento de Pertença é importante, conforme já mencionado, pois quanto maior a relação emocional e os sentimentos de determinada população por seu território, maior é o desejo de vê-lo progredir e crescer, tanto econômica e social quanto culturalmente.

Os resultados da pesquisa apontam para a possível consideração de que, na comunidade de Cruzeiro do Sul, o sentimento de pertença é forte e perceptível, não só entre os cruzeirenses de nascimento, como também entre os imigrantes, mostrando que há, efetivamente, a possibilidade de se constatar uma construção da identificação do homem com o lugar onde vive, gerando sentimentos positivos por ele, mesmo com o isolamento geográfico imposto pela floresta e as dificuldades dele decorrentes.

Entre os possíveis fatores que contribuem para o forte Sentimento de Pertença na comunidade de Cruzeiro do Sul, dois deles pareceram ser os mais relevantes, a partir dos dados até aqui apontados:

1. A percepção de um meio social favorável, coadjuvado pela beleza do lugar e pelo isolamento da região, torna sua população mais unida e propensa à comunitarização;

2. A consciência do passado histórico, a conquista do Acre pelos brasileiros, por meio da chamada Revolução Acreana, uma das mais belas páginas da história de nosso país e real motivo de orgulho, além do reconhecimento das dificuldades e lutas vividas pelos antepassados para a construção da comunidade naquela região inóspita.

O Sentimento de Pertença verificado na comunidade de Cruzeiro do Sul poderá ser de grande importância para o sucesso de projetos relacionados ao Desenvolvimento Local, pois tende a estar mais propensa à união de sua população em torno de objetivos comuns. Ainda mais, quando se verifica, conforme apresentado anteriormente, que 90% dos moradores não pretendem trocar a cidade por outra. Desta forma, é natural que se predisponham a participar de projetos que tenham por finalidade melhorar as condições de vida da comunidade em que pretendem viver.

A Amazônia tornou-se, nos últimos anos, uma questão sensível, ganhando forte destaque nacional e internacional. As políticas ali aplicadas ganham nova dimensão em virtude das preocupações com relação ao seu futuro. Assim, os projetos elaborados para aquela região ganham novas preocupações, principalmente aqueles cujos objetivos são o desenvolvimento local e regional, conforme apontam Martinelli e Joyal (2004).

Quando se foca especificamente uma comunidade isolada da Amazônia, como é o caso deste trabalho, em que suas especificidades sociais e ambientais exigem redobrado cuidado ao planejar projetos que visem seu desenvolvimento, percebe-se que ela é candidata ao chamado Desenvolvimento Local, uma vez que, como ensina Ávila (2005), é necessário “considerar, respeitar e aproveitar” de forma racional e participativa as “peculiaridades, realidades e potencialidades” de cada comunidade.

As comunidades da Amazônia se diferenciam das comunidades de outras regiões do país por vários aspectos, desde sua formação histórica, como vimos no capítulo dois, passando por sua realidade social e relações com o meio ambiente e a biodiversidade que as cercam, até às potencialidades proporcionadas pela inestimável riqueza da floresta. Além disto, não podemos esquecer da fibra de sua população, que aprendeu a domar um ambiente hostil e fazer dele seu lar, sua casa, seu território.

Apesar de o sentimento de pertencimento à cidade de Cruzeiro do Sul existir para a maioria dos entrevistados, um fato que chamou a atenção foi que os dois “soldados da borracha” ouvidos durante a aplicação do questionário, entre os antigos moradores não concordaram com o orgulho de pertencer a Cruzeiro do Sul em relação a eles próprios. Ambos manifestaram que sempre tiveram o desejo de regressar à sua terra natal, como lhes foi prometido (aos homens que foram enviados à Amazônia durante a segunda Guerra Mundial, para serem “soldados da borracha”, foi prometido que ao final de um contrato de dois anos, iriam regressar às suas regiões de origem). Conforme relata Cunha e Almeida (2002), o governo ainda prometia várias outras vantagens.

Tais promessas não foram cumpridas e, ao final da Segunda Grande Guerra, não havendo mais a necessidade da borracha, os homens trazidos para a Floresta Amazônica foram simplesmente esquecidos e deixados à própria sorte, muitos deles trabalhando em semi-escavidão para donos de seringal, conforme relatado no capítulo 03. Este fato, a julgar pelo relato dos dois “soldados” entrevistados, marcou fortemente suas vidas.

Ao que parece, o fato de não poderem ter regressado gerou certo rancor em relação ao lugar onde ficaram, pois dos 18 (dezoito) antigos moradores pesquisados, apenas os dois ex-“soldados da borracha” alegaram não ter o sentimento de orgulho por Cruzeiro do Sul.

Em contrapartida, o entrevistado mais antigo, que imigrou para Cruzeiro do Sul no primeiro ciclo da borracha, ainda na década de 1920, demonstrou um forte orgulho por ter escolhido Cruzeiro do Sul para ‘fazer’ sua vida e forte sentimento de alegria e satisfação por viver na cidade.

São dois sentimentos distintos, um negativo, dos que não vieram por motivos pessoais, mas para servir a pátria e aqui foram abandonados, vivendo uma espécie de exílio e, de outro lado, de quem veio por conta e vontade próprias e aqui ficou por livre e espontânea vontade.

Em ambos os casos ocorreu, em um primeiro momento, processo de desterritorialização e, posteriormente, de reterritorialização, porém dadas as circunstâncias de cada um dos casos, houve a adoção de postura distinta em relação ao novo território.

Conclui-se que a manifestação ou não do sentimento de pertença, por parte dos que chegam de outros lugares, está relacionada às circunstâncias pessoais em que ocorrem os referidos processos de desterritorialização e reterritorialização.

Tais fatores, muitas vezes escondidos ou despercebidos em determinada comunidade, reforçam a necessidade de, nas discussões sobre desenvolvimento, captar da população local o que ela mesma entende por desenvolvimento. Ou seja, o que a população local diz sobre si e sobre o local precisa ser conhecido e considerado por ocasião da elaboração de projetos que busquem o desenvolvimento em dada comunidade.

O conhecimento e a consideração das necessidades, anseios e desejos dos moradores são fundamentais para o enraizamento, territorialização e obtenção de significado por parte da população em relação ao projeto executado na comunidade em estudo, fazendo crescer as chances da necessária participação efetiva desta população e, conseqüentemente, da obtenção dos objetivos estabelecidos.

Essa nova dinâmica é fundamental dado o fracasso das tentativas anteriores de promoção do desenvolvimento, principalmente na região Amazônica, por meio de projetos impostos de cima para baixo e produzidos nos gabinetes dos governos e sem a participação dos principais interessados, a própria população.

CONCLUSÃO

Nas comunidades da região Amazônica, em virtude de suas características e especificidades próprias e únicas, não seria viável a adoção de projetos de desenvolvimento simplesmente copiados de outras realidades. Na verdade, sua população precisa trilhar seu próprio caminho na busca de um desenvolvimento integral e inclusivo, que tenha dinâmica interna suficiente para encontrar e implementar soluções satisfatórias para seus problemas, em especial a grande desigualdade social. É importante aqui ressaltar que a relação entre pertença e desenvolvimento começa a partir da afirmação acima, uma vez que a idéia de soluções consideradas satisfatórias precisa se enraizar na consciência da população envolvida, e não ser algo pré-fabricado, imposto ou simplesmente dado ou tomado por automático.

Pelo exposto no trabalho, o desenvolvimento deve ser encarado como um processo onde o homem deve ser sujeito ativo e não apenas simples (e passivo) beneficiado; deve abranger não apenas os aspectos econômicos, mas também as múltiplas dimensões da sua experiência, tais como a social e a cultural. As políticas de desenvolvimento devem ser integradas, levando sempre em consideração as realidades e particularidades de cada território, que aparecem expressas na consciência da sua população (sentimento de pertença).

O discurso crítico do Desenvolvimento Local, assim, tem um papel relevante, uma vez que em sua concepção o desenvolvimento desabrocha do lugar sob forma de iniciativas inovadoras em busca de melhoria da qualidade de vida, não apenas respeitando potencialidades locais, como também tomando-as como ponto de partida para coordenadas do imaginário dos próprios projetos. Para isso as comunidades devem estar comprometidas e tomar as rédeas do próprio destino. O que só é possível quando se compreende o papel relevante da educação para a indução do Desenvolvimento Local.

Assim, a educação ganha papel relevante, primeiro para aumentar o conhecimento e discernimento, indispensáveis para o protagonismo da população local, conforme citado acima. E, além disso, a educação (seja formal ou informal) é fundamental para evitar a dissolução da identidade histórica, uma das causas para o surgimento e manutenção do sentimento de pertença – o qual, por sua vez, é uma das raízes desta última. Se é possível a educação, ela só acontece num “onde”, com um “para quê”, ou seja, contextualizada em representações de inserção humana, e em perspectivas de realização pessoal e comunitária. É no sentido de empreender um esforço desta contextualização que foram identificados alguns dados relevantes nos resultados acerca do sentimento de pertença, que passamos a comentar brevemente.

Na comunidade de Cruzeiro do Sul, a pertença dos mais velhos está ligada à resistência contra o ambiente difícil e completamente diferente daquele de sua origem, além da omissão do governo brasileiro nos primeiros movimentos para anexar o Acre ao território nacional. O que gera um patrimônio de história a ser preservado. Em outras palavras, a partir dos dados coletados, tem-se a sinalização de que, no caso deste processo de enraizamento humano, em particular, tem-se uma possível fonte de capital social passivo. São eventualmente recursos que não geram renda, diretamente, mas que, por outro lado, podem vir a gerar valores, que por sua vez podem ter capacidade para retro-alimentar a formação dos jovens, novos ‘soldados da borracha’ - soldados novos, postos diante de novos problemas, e eventualmente desbravadores de novos horizontes. De forma resumida, trata-se de uma perspectiva relacionada ao passado.

No caso dos habitantes mais jovens, surpreendentemente constatou-se alto índice de sentimento de pertença. Mas houve diferenças em relação aos mais idosos. No caso dos jovens, a pertença apareceu ligada à maneira como eles manifestam a sua percepção do sentido da vida, seus valores morais e perspectivas de inserção no mercado e na sociedade. Neste caso, o patrimônio tem uma aparência de capital social menos passivo que acima, apesar de nem sempre aparecer como uma potencialidade direta. Em todo caso, de forma diferente em relação aos habitantes idosos, o sentimento de pertença dos jovens, aqui, se bem integrado a ações e projetos, torna-se um potencial que pode gerar renda, progresso e desenvolvimento. Neste caso, tem-se uma perspectiva de futuro.

O presente trabalho poderá contribuir para difundir conceitos de Desenvolvimento Local na comunidade cruzeirense, uma vez que, devido ao perfil diferenciado da cidade e da sua população, a amostra de população envolvida é muito representativa da juventude local.

A partir das conclusões acima resumidamente apresentadas, pode-se ver ainda que os acadêmicos que fizeram parte da pesquisa tendem a ocupar posições de destaque, não só nas empresas como também nas entidades e órgãos públicos. Isso tem sido a tendência histórica, na recente trajetória dos formandos do local - entre ex-alunos da faculdade de onde se extraiu a amostra estudada, temos: uma deputada estadual, dois vereadores, um secretário municipal, entre outras personagens bem inseridas e relevantes na vida local. Ainda mais, um ex-aluno acaba de ser eleito vice-prefeito do município. O que demonstra, no mínimo, que existe forte articulação entre esta possibilidade de pertença voltada ao futuro e efetivas oportunidades de pensar e implementar matrizes de reflexão que retomem, ampliem e mesmo corrijam as observações que estão sendo apresentadas no presente estudo.

Noutros termos: o forte Sentimento de Pertença dos estudantes universitários de Cruzeiro do Sul, referendado pelos moradores mais antigos conforme apontado nos resultados do trabalho de campo, pode ser potencializador e facilitador do sucesso de projetos que tenham como objetivo levar a comunidade de Cruzeiro do Sul a alcançar um desenvolvimento integral e concreto – ou seja, significativo para a sua população. Podendo, inclusive, ajudar a romper o padrão histórico da Amazônia (de extrair os bens da floresta e exportá-los sem gerar valor), o que não ajuda a população local, além de depredar e empobrecer o manancial de recursos ambientais.

O forte sentimento de pertença detectado e o grande interesse pelo tema do trabalho demonstrado pelos participantes da pesquisa são um claro sinal de que há espaço para a implantação de projetos de desenvolvimento local na comunidade cruzeirense. Em especial, quando se espera para os próximos anos a integração de Cruzeiro do Sul com o restante do país por meio do completo asfaltamento da BR 364 – iniciando uma nova fase, talvez, com o fim do isolamento, o núcleo conceitual e as experiências de Desenvolvimento Local podem vir a constituir um importante marco referencial para ajudar a comunidade a se preparar para seu novo momento histórico.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, José Júlio César de. ARAÚJO, Jordeanes. *Simbolismo e imaginário: um olhar sobre a cultura do Vale do Juruá*. Manaus: Valer, 2007.
- ÁVILA, Vicente Fideles de. *Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local*. Sobral: UVA, 2006.
- _____. Pressupostos para a formação educacional em desenvolvimento local. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local - Interações*. Campo Grande. v. 1, n. 1, set., 2000a, p. 63-76.
- _____. *Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. 2. ed. Campo Grande: UCDB, 2001.
- BARQUERO, Antonio Vázquez. El desarrollo local: una estrategia para el nuevo milênio. **Revista de Estudios Cooperativos** – Revesco. Madrid. n. 68, 1999.
- BENKO, Georges. A recomposição dos espaços. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local - Interações*. Campo Grande. v. 1, n. 2, mar., 2001, p. 7-12.
- BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do Território. In ROSENDHAL, Zeny e CORRÊA Roberto Lobato (orgs.) *Geografia Cultural (3)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.
- BOISIER, Sérgio. Post-scriptum sobre desenvolvimento regional: modelos reais e modelos mentais. *Planejamento e políticas públicas*. Brasília, n. 19, p. 309-343, 1999.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula*. São Paulo: 34, 2003.
- BROSE, Markus. *Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- CACCIA-BAVA, Silvio (organizador) et alii. *Novos contornos da gestão local: conceito em construção*. São Paulo: Polis/FGV-EAESP, 2002.
- CASSAROTTO FILHO, Nelson. PIRES, Luiz Henrique. *Rede de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

- COSTA, Rogério H. da. *O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- COSTA PINTO, L. A. *Sociologia e desenvolvimento: temas e problemas do nosso tempo*. 7. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.
- CUNHA, Manuela Carneiro. ALMEIDA, Mauro Barbosa de. *Enciclopédia da floresta – o alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- ELIZALDE, Antonio. Desarrollo a escala humana. Conceptos y experiencias. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local - Interações*. Campo Grande. v. 1, n. 1, set., 2000, p. 51-62.
- FISCHER, Tânia (organizadora). *Gestão do desenvolvimento e poderes locais – marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.
- FREIRE, Paulo. *Política e educação: ensaios*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- FREITAS, Marcílio de. *Amazônia e desenvolvimento sustentável: um diálogo que todos os brasileiros deveriam conhecer*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- GOMES, Laurentino. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.
- LE BOURLEGAT, C. A. Ordem local como força interna de desenvolvimento. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local - Interações*. Campo Grande, v. 01, n. 01, p. 13-20, set. 2000.
- _____. *Construção humana de espaço, lugar e território*. Campo Grande, 2006 (inédito).
- MALUF, Renato S. Atribuindo sentido (s) à noção de desenvolvimento. *Estudos: sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro, n. 15, p. 53-85, out., 2000.
- MARQUES, Heitor Romero et alii. *Metodologia da pesquisa e do trabalho científico*. 2. ed. Campo Grande: UCDB, 2006.
- MARQUES, Heitor Romero. RICCA, Domingos. Figueiredo, Gilberto Porto de. MARTÍN, José Carpio. *Desenvolvimento local em Mato Grosso do Sul: reflexões e perspectivas*. Campo Grande: UCDB, 2001.
- MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local - Interações*. Campo Grande, v. 03, n. 05, p. 51-59, set. 2002.

- MARTINELLI, Dante P. JOYAL, André. *Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas*. Barueri: Manole, 2004.
- MESQUITA JÚNIOR, Geraldo. *Cruzeiro do Sul*. Brasília: Senado Federal, 2004.
- ODALINA-RÍMOLI, Adriana et alii. Biodiversidade, biotecnologia e conservação genética em desenvolvimento local. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local – Interações*. Campo Grande. v. 1. n. 1, set., 2000a., p. 21.
- PESSOA, Enock da Silva. *Trabalhadores da floresta do alto Juruá*. Rio Branco: EDUFAC, 2004.
- PIERSON, Donald. *Teoria e pesquisa em sociologia*. 17. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1977.
- POCHMANN, Márcio. *Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- PREFEITURA Municipal de Cruzeiro do Sul. Sobre o município. Disponível no site: http://www.cruzeirodosul.ac.gov.br/cruzeirodosul.ac/cidade/sobre_municipio.htm. Acessado em 29 de Set. de 2008, 14h46'47''.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia de poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- REIS, José. Uma epistemologia do território. *Estudos, Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, v. 13, n. 1, 2005, p. 5-50.
- SANTOS, Milton. SOUZA, Maria Adélia de. SILVEIRA, Maria Laura. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- _____. *A natureza do espaço: espaço e tempo; razão e emoção*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SECRETARIA do Estado de Planejamento. *O Acre em números 2007-2008*. Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 2008.
- SICSÚ, João. PAULA, Luiz Fernando de. MICHEL, Renaut. *Novo-Desenvolvimentismo: um projeto de crescimento com equidade social*. Barueri: Manoel, 2005.
- SILVA-SÁNCHEZ, Solange S. *Cidadania ambiental: novos direitos no Brasil*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2000.
- SPINELLI JUNIOR, Vamberto. Bauman e a impossibilidade da comunidade. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais – CAOS*. n. 11. p. 01-13. Out. 2006. Disponível no site: <http://www.cchla.ufpb.br/caos>. Acesso em 29 de Fev. de 2008, 21h11'14''.
- TOCANTINS, Leandro. *Formação histórica do Acre*. 4. ed. Brasília: Senado Federal, 2001. 2v.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

VALLE, Edênio. Conversão: da noção teórica ao instrumento de pesquisa. *Revista Eletrônica de Estudos da Religião – REVER*. Disponível no site: http://www.puc.br/rever/rv2_2002/t_valle.htm. Acesso em 03 de Mar de 2008, 09h27'08”.

WEBER, Max. *Conceitos básicos de sociologia*. São Paulo: Centauro, 2005.

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec, 1993.

ANEXOS

ANEXO I – AMOSTRAS DE DEPOIMENTOS DOS PARTICIPANTES:

OBSERVAÇÃO INICIAL

A seguir são apresentados alguns trechos dos depoimentos dos estudantes, com o objetivo de ilustrar os posicionamentos e as leituras feitas de todo o conjunto da coleta de dados, conforme se pode verificar nos capítulos 3 e 4 do presente trabalho.

AMOSTRAS

"O contato com a natureza é um dos pontos que me faz gostar ainda mais, pois levando em conta exemplos que temos de outras cidades onde a poluição acontece de forma prejudicial a todos, posso então afirmar que somos privilegiados. Vale ressaltar que já ouvi comentários de pessoas que moram em outras cidades que o ar de Cruzeiro do Sul inspira paz, tranquilidade".

J. S. C.

"Acredito que quando conhecemos o passado e o presente do lugar fica mais fácil aprender a gostar. Com base nas histórias que ouço de meus pais e avós, posso dizer que tenho orgulho da minha cidade, pois hoje não temos tanta dificuldade como antes".

J. S. C.

"Em outros lugares a vida das pessoas é mais isolada, com altos índices de morte, violência, poluição".

S. A. A.

"A cidade certamente tem seus graves problemas, não negamos, e gostaríamos que fossem sempre mais 'minimizados'. Mas, amamos o lugar que nos gerou, temos profundo respeito e admiração por nossas raízes, não nos envergonhamos, mas nos orgulhamos grandemente por esse lugar. Muitas vezes, nos sentimos abandonados pelo Brasil, não se olha muito para nós, por isso, nós que devemos nos amar a nós mesmos, nosso próprio povo, nosso chão. Aprendemos a superar os problemas que temos e, sobretudo, vivemos em tranquilidade".

M. S. F.

"Aqui pode até ser uma cidade pequena, que não dá muitas oportunidades para todos. Mas, é sim uma cidade boa de se morar, e que eu tenho orgulho de morar nela".

P. O.

"Como ponto interessante da vida em Cruzeiro do Sul, posso destacar a amizade, os amigos. A relação afetiva entre as pessoas é algo que chama a atenção, principalmente das pessoas que vem de outras partes do país. A cooperação nas atividades corriqueiras e até mesmo no âmbito dos negócios".

P. C. T.

“A parte mais interessante da vida em Cruzeiro do Sul, vem a ser a solidariedade das pessoas, encontramos pessoas hospitaleiras, que estão sempre dispostas a ajudar a quem precisa”.

J. B.

“O contato com as pessoas, a facilidade que se tem em fazer amizades, o cruzeirense é um povo acolhedor, que te estimula a viver ainda mais aqui”.

G. K. L. S.

“A cidade maravilhosa é Cruzeiro do Sul. Cidade tranqüila, com uma população acolhedora, onde todos se conhecem. Podemos sair de casa sem se preocupar com a violência, e mesmo sendo um município pequeno, já está bem desenvolvido e a tendência é crescer mais e mais”.

C. S. T. A.

“Cruzeiro do Sul possui um nível maior na área da amizade, pois devido a ser uma cidade pequena, onde todo mundo conhece todo mundo, o círculo de amizade se torna cada vez mais extenso e intenso”.

S. S. D.

“Cruzeiro do Sul é uma cidade boa de se morar por causa da tranqüilidade, paz e segurança, pois em relação a outras cidades, mais desenvolvidas, você sai sem saber se vai voltar e, ainda, não passamos horas em engarrafamentos”.

J. D.

“Cruzeiro do Sul é uma cidade maravilhosa, tem ar puro, povo acolhedor e prestativo, não tem violência. O que está faltando é oportunidades no mercado de trabalho, pois os cargos oferecidos não exigem muita qualificação”.

C. O. M.

“A parte mais interessante de Cruzeiro do Sul é que todos se conhecem, as pessoas têm vínculos de amizade muito forte umas com as outras. Elas são solidárias e prestativas”.

M. V. B. A.

“Acho que fora daqui poderia ter mais oportunidades, pois, muitas vezes, aqui as coisas se tornam um pouco difíceis, principalmente no que diz respeito a um bom salário. A gente trabalha muito para ganhar pouco”.

C. M. F.

“Nada é tão deslumbrante quanto a natureza e as riquezas naturais que temos em nossa região”

J. O. M.

“O que eu gosto mais em minha cidade é o convívio com meus amigos e a forma como as pessoas se relacionam. Pois, em outros lugares, as pessoas são muito fechadas e vivem trancadas com medo de tudo e de todos”.

K. Q. S. M.

“Aqui as amizades são boas, todo mundo age como se fossem irmãos, porque se vêem sempre, uma vez que a cidade é pequena”.

R. C.

“Todos aqui fazem parte da família cruzeirense”.

J. B. S.

“Cruzeiro do Sul é uma cidade com um povo acolhedor, onde a alegria e a garra de sua gente andam juntas”.

K. Q. S. M.

“Motivos não faltam prá gostar de morar em Cruzeiro do Sul”.

C. S. M.

ANEXO II - QUESTIONÁRIO SEMI-ABERTO PARA CAPTAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE SENTIMENTO DE PERTENÇA EM PESSOAS DA CIDADE DE CRUZEIRO DO SUL-AC:

O motivo desta conversa em forma de entrevista (para uma importante pesquisa, que estou realizando como trabalho de Mestrado) é, por incrível que pareça, o que se segue.

Eu vim de uma cidadezinha do Estado de São Paulo, onde os moradores se organizaram, montaram uma bela COOPERATIVA DE ACEROLA e, hoje, o pessoal de lá parece gostar muito do lugar, naquele clima geral de bastante infra-estrutura e usufruição das vantagens do que é oferecido pela indústria, pelo comércio, pela facilidade de locomoção e por outros serviços de toda ordem.

De repente, eu saí de lá e cheguei aqui, há apenas 4 anos, já sabendo que, em relação ao Estado de São Paulo, certamente as possibilidades de usufruição das mencionadas vantagens seriam muito mais reduzidas, pelas próprias condições de localização desta cidade de Cruzeiro do Sul, chegando até mesmo a vivenciar essa espécie de isolamento em que o município entra por longos meses de chuvas.

MAS, EM CONTRAPARTIDA, LOGO QUE AQUI CHEGUEI COMECEI A SENTIR UMA ATÉ CERTO PONTO EXTRANHA SENSÇÃO: A DE QUE, APESAR DE TODAS AS DISTÂNCIAS E DIFICULDADES DE COMUNICAÇÃO COM O RESTO DO BRASIL, E MESMO DE ABASTECIMENTO E CUSTO DE VIDA, TODAS AS PESSOAS DAQUI, COM AS QUAIS MANTENHO CONTATO, ME PASSAM A IDÉIA DE UM ORGULHO DANADO DE PERTENCEREM A ESTA CIDADE, A ESTE MUNICÍPIO.

Ora, em relação a essa extremamente positiva idéia de ORGULHO, há questões que me intrigam e ficarei muito grato se você me ajudar a achar as respostas mais plausíveis. São elas:

- 1) VOCÊ ACHA QUE O FATO DE AS PESSOAS DAQUI ME PASSAREM “A IDÉIA DE UM ORGULHO DANADO DE PERTENCEREM A ESTA CIDADE, A ESTE MUNICÍPIO” TEM FUNDAMENTO: SIM [] ou NÃO []?.
- 2) Se a resposta à 1ª pergunta foi SIM, por QUAIS RAZÕES (?):
 - 2.1) _____
 - 2.2) _____
 - 2.3) _____
 - 2.4) _____
 - 2.5) _____
- 3) Se a resposta à 1ª pergunta foi NÃO, por QUAIS RAZÕES (?):
 - 3.1) _____
 - 3.2) _____
 - 3.3) _____
 - 3.4) _____
 - 3.5) _____
- 4) Também você mesmo/a sente ORGULHO DE PERTENCER À CIDADE/MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL {SIM [] ou NÃO []}:
 - 4.1) Pelas mesmas razões que você registrou na 2ª ou na 3ª pergunta acima: SIM []?
 - 4.2) Por outras razões não registradas na 2ª ou na 3ª pergunta, QUAIS (?):
 - 4.2.1) _____

4.2.2) _____

4.2.3) _____

5) Ainda com relação a você e sua família aqui em CRUZEIRO DO SUL:

5.1) SE VOCÊ NASCEU AQUI:

5.1.1) Quem dentre seus pais, avós, bisavós ou outros antepassados são naturais daqui ou pelo menos desta região amazônica: TODOS ELES [] ou SOMENTE QUAIS DELES (?): _____

5.1.2) Há QUANTOS ANOS e QUAIS MOTIVOS atraíram para cá esses seus antepassados não-naturais daqui ou desta região amazônica (?): N° DE ANOS [], MOTIVOS = _____

5.2) SE VOCÊ NÃO NASCEU AQUI:

5.2.1) Há quantos anos você veio para cá (?): ANOS [].

5.2.2) Quê motivos lhe trouxeram para cá (?): _____

6) VOCÊ JÁ VIAJOU PARA OUTRAS CIDADES DO BRASIL, QUAIS (?):

- 6) **Imagine esta situação, como se ela fosse de fato real:** você está aprovado em um concurso público federal para ganhar um bom salário; mas você pode livremente escolher para que cidade ir, porque há vaga em várias cidades grandes (capitais de Estados) e de médio porte, como esta de Cruzeiro do Sul (para a qual também há vaga e igual salário).

Pergunta: com toda essa liberdade de escolha, tanto de sair quanto de ficar em Cruzeiro do Sul ganhando o mesmo salário, você optaria por deixar Cruzeiro do Sul?

SIM [] ou NÃO [],

POR QUÊ (?):

